

**UMA ANÁLISE PÊCHEUTIANA DO FUNCIONAMENTO  
DISCURSIVO DA SUSTENTABILIDADE NA MINERADORA  
MULTINACIONAL VALE S/A**

**Paulo Simões<sup>1</sup>**

[...] é absolutamente impossível  
encontrar um puro “discurso científico”  
sem ligação com alguma ideologia.  
(Pêcheux, 2016, p. 182)

**INTRODUÇÃO**

Organizações internacionais como a ONU e o BM tornaram a sustentabilidade uma alternativa única para o futuro da humanidade, erigindo, portanto, um projeto de desenvolvimento sustentável (DS), gerido por um amplo sistema de governança global (Simões, 2019). Nesse trabalho, trato a sustentabilidade empresarial enquanto um discurso. A Vale é aqui abordada pela designação empresa neoliberal (Coutrot, 1998; Acquier, Daudigeos & Valorque, 2011; Dardot & Laval, 2016; Salmon, 2017).

---

<sup>1</sup> Doutor em Administração (Universidade Federal da Bahia, Brasil). Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas. <http://lattes.cnpq.br/6410137804123156>. <https://orcid.org/0000-0002-2031-8660>. pauloeverton@gmail.com. Endereço para correspondência não informado. Telefone não informado.



Utilizo o termo empresa neoliberal para tratar da empresa contemporânea, imersa na competição global, fruto da racionalidade neoliberal que é mundial e totalizadora. Assim como as empresas, o Estado, “[...] ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado [...]” (Dardot & Laval, 2016, p. 378). Assim, tanto o Estado quanto a sociedade equiparam-se ao mercado, no âmbito do qual cada sujeito funciona como uma empresa em concorrência indefinidamente. A competição alcança a subjetividade de cada indivíduo, dando à vida humana uma lógica empresarial, a partir da qual, o indivíduo é um capital a ser constantemente maximizado – o ser empreendedor de si. Assim, destacam os autores, “A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se multiplicar [...]” (Dardot & Laval, 2016, p. 378).

Intento, com este texto, contribuir para que o discurso tenha seu *status* de variável de análise reconhecido e legitimado no campo dos estudos organizacionais. Trato aqui do funcionamento discursivo, que é alcançado apenas quando observada sistematicamente “sua relação com as condições de produção histórico-sociais, em suas contradições [...]” (Silva, 2015, p. 63). Parto das condições de produção em sentido estrito, que segundo Courtine (2014), serve para viabilizar a construção dos sentidos em múltiplas relações com a História.

São as condições de produção, que possibilitam formular, mas também compreender (Pêcheux, 2014) o discurso, que não é o texto em si e, justamente por isso, como assevera Pêcheux (2014, p. 78), “[...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...]”, uma vez que todo “[...] discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]” (Pêcheux, 2014, p. 78).

Para analisar as condições de produção de um discurso é imprescindível considerar que há relação entre sentido e sujeito e ainda que a determinação

histórica é constituinte na materialidade dos discursos. Para este intento, utilizo Pêcheux (2016) por entender que o sentido, além de não existir apenas por si, é determinado pelas posições ideológicas (dominantes x dominadas) em disputa no processo sócio-histórico, no âmbito do qual se [re]produzem as proposições, palavras e expressões. Pêcheux (2014, p. 78) se encarrega também de situar o conceito de condições de produção a partir da noção de funcionamento que não é exclusivamente linguístico, mas que se refere ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, ou seja, as condições de produção do discurso.

Os sujeitos se encontram inseridos na realidade social, objetivando e apreendendo sentidos vinculados à tal realidade que os produziu. Entretanto, os sentidos, apesar de serem possibilitados e mediados por sujeitos, a estes não se limitam (Florêncio, 2013). Os sentidos não estão na literalidade do dito e tampouco pertencem aos sujeitos. Estes possuem a ilusão de que o sentido está na literalidade e que só pode ser um e não outro. Destarte, para Pêcheux (2016), os sentidos são efeitos de esquecimentos e de determinadas condições de produção. Pêcheux (2014, p. 81), quando trata dos protagonistas do discurso, refere que destinador e destinatário “[...] designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais [...]”, ou seja, “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”, “lugares que estão *representados* nos processos discursivos [...]” (Pêcheux, 2014, p. 81).

Destarte, Siveris e Zandwais (2015, p. 50) explicam que a noção de sujeito “[...] é a de um lugar, uma posição assumida no discurso, pelo reconhecimento com esta ou aquela formação discursiva em que o sujeito inscreve-se [...]”. Por seu turno, Pêcheux (2014, p. 81, grifo nosso) exemplifica possíveis posições no discurso: “[...] os lugares do *patrão* (diretor, chefe da empresa, etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário”.

De acordo com Aiub (2015), Pêcheux fez o trabalho teórico de desvincular o conceito de condições de produção da noção de contexto tal qual ela se aplicava no âmbito dos estudos linguísticos. Segundo a referida autora, o discursivo “[...] é materializado na sua realização em relação aos pontos exteriores que se traduzem na prática enunciativa [...]” (Aiub, 2015, p. 41). O conceito de condições de produção é útil para que o pesquisador se empenhe em descrever, no nível da análise, tendo em consideração a ligação “[...] dos processos discursivos com o político, com o social, porquanto, com o espaço das ideologias que determinam o campo das práticas [...]” (Aiub, 2015, p. 41).

Já disse Pêcheux (2016) que as palavras são produzidas num processo social e histórico, portanto, a AD abre mão da noção de contexto, substituindo-a por condições de produção, pois a noção de contexto não dá conta de realizar uma “[...] reflexão materialista-histórica dos processos de enunciação [...]” (Aiub, 2015, p. 41).

O discurso da sustentabilidade na empresa é oriundo de seu momento histórico, reflexo das possibilidades, escolhas e exigências históricas da sociedade de uma determinada época. Para tratar de condições de produção de tal discurso, os “[...] acontecimentos estritos, ou seja, as circunstâncias imediatas de enunciação que fizeram surgir esse acontecimento discursivo devem ser entendidas e relacionadas às condições mais amplas, ou melhor, ao contexto sócio-histórico-ideológico [...]” (Moreira, 2010, p. 58). O momento histórico no qual se insere a empresa em tela, que inclusive possibilitou as condições para sua privatização, é marcado pelo neoliberalismo como nova razão do mundo, conforme argumentam Dardot e Laval (2016).

Necessito descrever as circunstâncias da enunciação, que segundo Orlandi (2015a) são o mesmo que as condições de produção em sentido estrito. Trato por condições estritas aquelas nas quais se constituiu a cena enunciativa. As

condições de produção em sentido estrito dizem respeito a onde e quando ocorre o dizer, tendo como propósito fazer aparecer “[...] as relações entre os sujeitos do discurso e a situação do dizer [...]” (Ramires, 2017, p. 54). Trato, portanto, da enunciação, considerando “[...] onde o discurso é veiculado, em que condições, quem fala e a quem se destina etc.” (Azevedo, 2017, p. 21).

Destarte, parto da análise da materialidade discursiva, utilizada pela mineradora Vale S/A, para divulgar os resultados do seu modelo de gerenciamento da sustentabilidade: os relatórios anuais de sustentabilidade publicados em seu sítio eletrônico. O objetivo deste texto é realizar um gesto de interpretação do funcionamento discursivo da sustentabilidade na mineradora multinacional Vale S/A.

Do ponto de vista metodológico, será apresentado o gesto de interpretação sobre o corpus da pesquisa, evidenciando os principais resultados, discutidos à luz da filiação teórico-analítica da Análise do Discurso (AD) herdeira do materialismo histórico-dialético, cuja teoria dos processos discursivos mantém “a referência materialista às relações de produção e ao modo de produção que as implica” (Pêcheux, 2016, p. 172). Para Pêcheux, a existência da sociedade e da história não se dissocia das relações de produção e da luta de classes, uma vez que “a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes” (Pêcheux, 2016, p. 172). Na Análise do Discurso Pêcheutiana (ADP) (Figueira, 2015), os “[...] procedimentos analíticos são definidos à luz do referencial da teoria social Marxista [...]” (Amaral, 2007, p. 15).

O trabalho consiste fundamentalmente em uma análise linguístico-discursiva de cinco sequências discursivas (SDs) extraídas de três relatórios de sustentabilidade da Vale (2007, 2011 e 2017), disponíveis em seu portal eletrônico. As SDs apresentadas na tabela 2, logo abaixo, representam o intradiscorso, a linearização do dizer, trata-se do nível da formulação (Orlandi, 2022).

**Tabela 1 - Corpus**

| SD | Enunciado                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Relatório/Ano | Página |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------|
| 1  | Este relatório tem por objetivo retratar as principais atividades da Companhia Vale do Rio Doce no período de 1o de janeiro a 31 de dezembro de 2006. Marca o início de sua elaboração à luz dos princípios da GRI – <i>Global Reporting Initiative</i> , demonstrando o propósito da Vale em refletir o compromisso com a sustentabilidade também em sua comunicação. | 2007          | 6      |
| 2  | 2007 Nasce o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Vale.                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 2017          | 6      |
| 3  | A Vale é uma empresa mineradora global, com sede no Brasil. Criada em 1942, no Brasil, expandiu-se por seu país natal e cruzou fronteiras continentais.                                                                                                                                                                                                                | 2007          | 9      |
| 4  | Em 2012, a Vale completou 70 anos de história. A Empresa, cujo objetivo inicial era produzir 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro, ultrapassou, pouco antes de seu aniversário, em 2012, a marca de 5 bilhões de toneladas de minério de ferro produzidos.                                                                                                      | 2017          | 8      |
| 5  | Questões de sustentabilidade têm recebido atenção crescente de investidores como fatores essenciais para o sucesso financeiro das empresas a longo prazo, tal tendência tem sido corroborada no mercado brasileiro, como exemplifica o desempenho do ISE, que, durante o ano de 2010 teve alta de 5,8%, acima, portanto, do registrado pelo Ibovespa, de 1,04%.        | 2011          | 16     |

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de Vale (2007; 2011; 2017).

Formei o corpus a partir de corpora de arquivos, que são aqueles “[...] constituídos a partir de materiais pré-existentes [...]” (Courtine, 2014, p. 77). Por corpus, entendo um conjunto estruturado de SDs, orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo, com referência a certo estado das condições de produção do discurso (Courtine, 2014). As cinco sequências compõem o corpus empírico de um processo discursivo determinado: aquele no qual domina a formação discursiva da sustentabilidade empresarial. O corpus é homogêneo, uma vez que as SDs provêm do mesmo lugar discursivo (Florêncio, 2013): os relatórios de sustentabilidade da Vale.

As condições de produção do discurso, em sentido amplo (dimensão sócio-histórica e ideológica) se vinculam a um projeto neoliberal de sustentabilidade, que produziu “já ditos” em outros lugares e que servem de memória (interdiscurso) ao sujeito do discurso: o Relatório Brundtland; as conferências no âmbito da ONU; o Global Compact, dentre outros. Para Orlandi (2015), as condições de produção estão relacionadas ao sujeito, à memória discursiva e à situação. As condições de produção em sentido amplo dizem respeito ainda à “sua carga sócio-histórico-ideológica” (Florêncio *et al.*, 2016), uma vez que representam as condições exteriores, responsáveis por oferecer elementos constitutivos do dizer da empresa.

As condições de produção do ponto de vista estrito, estão relacionadas à circunstância da enunciação ou situação imediata. Trata-se de uma enunciação direcionada à sociedade em geral, com linguagem relativamente simples e muito mais espaço para imagens do que para texto. Em AD, entende-se que as formações discursivas e o interdiscurso, ou memória discursiva, resultam da história, pois esta oferece sentidos a determinado discurso (Tfouni, 2008). O sentido não está dado, nem é único e, tampouco, verdadeiro. Existem sentidos diversos que podem ser identificados para além das evidências (Florêncio *et al.*, 2016). Amaral (2007) afirma que todo discurso se relaciona às suas condições sócio-históricas de produção, com as dinâmicas e relações sociais, desde a estrutura até a superestrutura. Conhecer os processos que constituem os sentidos, a forma como o texto os produz, é tarefa do analista do discurso, que o faz por meio de seu gesto de interpretação.

Essa introdução apresenta uma aproximação ao tema, o objetivo do texto e algumas considerações do ponto de vista do enquadramento teórico-metodológico do trabalho. Em seguida, a maior seção é dedicada à análise do corpus, que apresenta meu gesto de interpretação e, finalmente, à guisa de conclusão.

## **FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA SUSTENTABILIDADE NA MINERADORA MULTINACIONAL VALE S/A**

Com o intuito de considerar a historicidade do texto, tendo em vista que o sentido está sendo produzido em um determinado momento histórico (Grigollete, 2003), remonto à origem da Vale: empresa estatal localizada em Minas Gerais (MG).

Em 1909, as reservas de minério de ferro em MG foram adquiridas por empresários ingleses, sendo a *Itabira Iron Company* vendida em 1911 a um empresário estadunidense e, posteriormente, transformada em Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por meio do Decreto-lei 4.352 de Getúlio Vargas, em 1º de junho de 1942 (BRASIL, 1942). Houve um acordo em Washington entre os EUA (entrava com empréstimo e tecnologia), Inglaterra e Brasil (oferecia matéria prima e mão de obra e a infraestrutura), pois os dois primeiros necessitavam do minério de ferro brasileiro para suprimento à indústria armamentista, durante a Segunda Guerra Mundial (Godeiro *et al.*, 2007).

Nacionalmente, a CVRD se beneficiou do movimento pela industrialização, responsável por fazer dela um agente estatal de desenvolvimento da infraestrutura, sustentação e crescimento econômico do Brasil. Em 1949, a Vale já exportava 80% do minério de ferro produzido no Brasil. Em 1951, começou a comercializar com o Japão e, em 1967, já estava entre as seis maiores exportadoras de minério de ferro do mundo, alcançando a liderança deste mercado em 1975 (Adão, 2006). Em 1970, entrou em acordo com a empresa estadunidense *United States Steel*, a maior das suas siderúrgicas, para a produção das jazidas de Carajás. Naquele mesmo ano, por meio de pesquisa mineral, foram descobertas trinta e cinco jazidas de onze tipos de minerais ao longo de treze estados brasileiros. No período de dez anos (1969-79), houve um acréscimo de 285% nas exportações, fazendo da empresa a maior exportadora mundial de minério de ferro (Godeiro *et al.*, 2007).



Em 1993, ainda segundo Godeiro *et al.* (2007), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou a CVRD como a primeira empresa no *ranking* nacional. Naquele ano, a Vale já era a maior produtora de ouro da América Latina (Russo, 2002). Em 1994, passou a vender ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (Godeiro *et al.*, 2007). Em 1996, recebeu o título de empresa do ano no ramo da mineração, concedido pela Revista Mineral. No referido ano, o faturamento da empresa já ultrapassava os seis bilhões de dólares (Russo, 2002). Adão (2006) destaca que a Vale alcançou o padrão de qualidade certificado pela ISO 9000, além de ter superado a taxa de 49% do capital acionário negociado na bolsa de valores, dado que, segundo a autora, legou à Vale elevado prestígio no mercado financeiro (Adão, 2006).

A privatização ocorreu após seis anos do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), já no âmbito da reforma do Estado brasileiro. As mudanças ocorridas quanto à atuação estatal, que implicou na integração do Brasil no mercado internacional e aos sistemas produtivos, somada à crise econômica e hiperinflação durante a primeira metade da década de 1990, conformam o cenário que legitimou a sua privatização. O repasse de empresas estatais para iniciativa privada foi potencializado nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, herdeiro da agenda de Collor, responsável por elevar o Brasil à liderança planetária em privatizações (Adão, 2006).

Segundo Russo (2002), em 01/06/1995, o Decreto 1.510 inseriu a Vale no Plano Nacional de Desestatização. Em fevereiro de 1997, o modelo de privatização foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND) e, no mês seguinte, o edital de venda estabeleceu que nenhuma empresa deteria mais do que 13% do capital total da CVRD. A autora destaca que a inclusão da estatal no PND provocou reação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que moveu no Superior Tribunal Federal (STF) duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIN), com o argumento principal de que a entrada da companhia no PND tinha que se dar por lei e não por decreto. Além das ADINs, a autora identificou ainda cinquenta e oito

outras ações contra o processo de venda, por questões diversas<sup>2</sup>. O êxito na disputa ficou por conta do Consórcio Brasil, encabeçado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que “[...] arrematou 41,73% das ações ordinárias do Governo Federal por US\$ 3,338 bilhões [...]” (Russo, 2002, p. 45).

A CVRD foi desestatizada em 07/05/1997 (Dalla Costa, 2009; Godeiro *et al.*, 2007), acontecimento que marcou sua entrada no mundo globalizado dos negócios, constituindo-se em ícone da agenda renitente de privatizações na década de 1990 no Brasil. Em 1997, o valor de mercado da companhia estava estimado em US\$ 8,6 bilhões e logo após a venda passou por uma reestruturação que cortou cerca de cinco mil postos de trabalho, antes ocupados por funcionários públicos (RUSSO, 2002). Em 1998, o lucro da empresa cresceu 46% e, em 1999, alcançou o montante de US\$ 1,251 bilhões. Em 2003, o valor da CVRD atingiu US\$ 21,762 bilhões e, devido à parceria com a empresa japonesa Mitsui, o lucro atingiu US\$ 4,509 bilhões, “[...] recuperando em um ano, o preço pago pelos compradores no leilão de privatização [...]” (Godeiro *et al.*, 2007, p. 12).

Há argumentos e dados que contestam o discurso favorável à privatização que se estruturava em torno da ideia de que a CVRD era deficitária e de que um monopólio estatal gerava ineficiência no mercado e, portanto, a privatização traria concorrência. Acerca dessa discussão, Adão (2006, p. 136) afirma:

A privatização da CVRD é realizada, politicamente, neste contexto de aplicação das teses neoliberais, onde está prevista a reforma do Estado, tendo como carro chefe a privatização das empresas públicas, o aprofundamento da economia de mercado, a modernização tecnológica e a reestruturação da organização do trabalho, cujas estratégias incluem o enfraquecimento das ideologias e dos movimentos classistas.

---

<sup>2</sup> Segundo matéria publicada no portal Congresso em Foco de 12/03/2006, havia 69 ações populares contestando a privatização (CONGRESSO EM FOCO, 2006).

Por seu turno, para Godeiro *et al.* (2007, p. 100):

A CVRD aumentou seu peso monopólico na produção de minério de ferro no Brasil: passou de 65% em 1999 para cerca de 90%. Agora reina sozinha no mercado, determinando o valor do minério de acordo a sua vontade. Todas as siderúrgicas são obrigadas a aceitar as determinações da Vale, sob pena de faltar a matéria-prima que move a indústria do aço.

Godeiro *et al.* (2007) não somente reafirmam o lugar da economia de mercado apontado por Adão (2006) como contestam a privatização, confirmando a aplicação das teses neoliberais e, adicionalmente, alertam para a desnacionalização do capital da empresa:

Em seis anos, o valor da empresa foi multiplicado por sete, demonstrando que o preço do leilão foi subestimado e o “mercado fazia o ajuste” ao valor real. Ao mesmo tempo em que a empresa ajusta o seu valor de acordo com as reservas e o aumento do preço do minério, ocorre um salto na desnacionalização: 67% dos negócios com as ações da Vale foram realizados na bolsa de Nova York, contra 33% realizados na Bolsa de Valores de São Paulo (Godeiro *et al.*, 2007, p. 12).

Em 1943, a Vale se inseriu na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e em 1968 na Bolsa de São Paulo (BOVESPA). Em 2000, a referida empresa entrou na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) e na *New York Stock Exchange* (NYSE). Em 2008, ingressou na NYSE Euronext Paris. Além do capital da Vale ser predominantemente estrangeiro, ela tem como acionistas fundos de pensão e empresas de investimento (BNDESPar, Bradespar e BlackRock), o que ilustra “[...] a alegre e por vezes eufórica submissão ao grande capital financeiro, que tem sido a marca da economia brasileira desde 1990 [...]” (Paula, 2010, p. 37).

O gesto de interpretação discursiva possibilitou as seguintes constatações: o discurso visa a silenciar a memória estatal da Vale e produzir um retrato

higienizado da empresa neoliberal; o relatório de sustentabilidade é um instrumento de gestão a serviço de um discurso higienizante; há uma determinação ideológica gerencialista cuja forma-sujeito histórica no discurso de sustentabilidade é a capitalista, enquanto a posição-sujeito é observada é aquela do gestor/*manager*. Explico adiante cada uma de tais constatações.

## SILENCIAMENTO DA MEMÓRIA ESTATAL

Apesar de privatizada na década de 1990, a Vale só publicou seu primeiro relatório de sustentabilidade em 2007, retratando suas principais atividades no período de 01/01 a 31/12/2006.” (Vale, 2007, p. 2). De tal documento retirei a SD1, cujo intradiscurso, contém os substantivos masculinos: “objetivo” e “propósito”, que aí comparecem revelando uma dupla função para o relatório como ferramenta de gestão.

Defendo aqui que o relatório de sustentabilidade na Vale possui duas intenções. A primeira, designada pelo verbo transitivo direto retratar, que pela via de um efeito metafórico produz um sentido de fotografar. Por se tratar de uma peça de comunicação empresarial, a fotografia da sustentabilidade passa por edições para se adequar aos interesses corporativos, mas apenas aqueles que podem e devem ser revelados. A segunda intenção, expressa pelo verbo transitivo direto refletir, traz a ação de receber e projetar, nesse caso não uma imagem, mas um discurso. É o discurso do mercado, travestido de compromisso com o desenvolvimento sustentável, que se faz ecoar. O sentido do substantivo compromisso, por sua vez, remete a um acordo político, um contrato da Vale com as forças de mercado, tendo em vista que o relatório é uma prática da qual uma empresa de seu porte não pode se furtar a firmar.

O discurso de sustentabilidade na Vale produz, como um de seus efeitos de sentido, o silenciamento do seu passado e da pujança adquirida sob gestão

estatal. Opera-se, por meio da restrição de sentidos via silenciamento, não só da origem pública da empresa, mas de toda a contribuição do Estado brasileiro para fazer dela uma das mais rentáveis empresas de mineração do mundo. Estão silenciados os sentidos que relacionam a Vale ao seu passado quando a empresa era um patrimônio público, uma riqueza pertencente ao povo brasileiro. Isso é possível porque “[...] o dizer se povoa com alguns sentidos para que outros não sejam ditos e não signifiquem [...]” (Grigolletto, 2003, p. 232).

Ao explicar a política do silêncio, Orlandi (2015b) destaca o silêncio constitutivo: dizer x faz com que outros sentidos se apaguem porque não se pode, simultaneamente, dizer y. Isso significa que, quando se diz algo, imediatamente, apagam-se outros sentidos possíveis, porém indesejáveis, aqueles que se almeja evitar. O silenciamento da empresa estatal constituiu a empresa neoliberal - a Vale, que por meio de um trabalho da censura, apaga os sentidos de patrimônio público e gestão pública, para que outros sentidos possam ser produzidos e reafirmados: a gestão privada e a criação de valor para o acionista.

Explico, ao relacionar a SD2 e a SD3, a censura da empresa ao seu verdadeiro primeiro relatório de sustentabilidade, bem como a censura à sua origem como empresa estatal. Na página seis do relatório de sustentabilidade de 2016, publicado em 2017, na seção *Trajetória 10 anos de Relatório de Sustentabilidade da Vale* constam, em ordem cronológica, os principais marcos alcançados pela corporação entre os anos de 2007 a 2016. A edição comemorativa apresenta dez relatórios, mas nenhum deles é o relatório de sustentabilidade do ano de 2006, do qual extraí a SD1, que exemplifica a existência de um documento que foi silenciado. O substantivo início propõe um efeito de sentido de inauguração, representando o começo de uma prática a ser adotada anualmente. A exclusão do verdadeiro primeiro relatório está vinculada ao fato de que a identidade visual da empresa estampada permanecia, indubitavelmente, vinculada ao seu passado de estatal

pela manutenção do nome e da identidade visual, ambos vigentes até o ano de 2006.

Na SD2, entretanto, o ano 2007 é apresentado como aquele do nascimento, mobilizando o sentido de primeira vez, daquilo que é novo. O advérbio *primeiro* acrescenta ao verbo *nascer* uma circunstância de tempo, como sendo o relatório que veio antes de qualquer outro. Portanto, já que 2007 é o ano ao qual corresponde o primeiro de seus relatórios, a SD2 interdita o relatório que retratou o ano de 2006, ou seja, a Vale lança mão da censura, assumida, em meu gesto de análise é “[...] qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos” (Orlandi, 2015b, p. 13).

Não por acaso, o relatório de 2006 foi censurado. O ano de 2007 marcou a mudança da identidade visual, a empresa abandonou as designações “Companhia” e “do Rio Doce” e passou a se apresentar apenas por Vale. Naquele ano, a Vale adquiriu 75,66% (Portal G1, 2007) das ações da mineradora canadense *Inco* e se tornou a segunda maior mineradora do planeta e vice-campeã na categoria de mineração diversificada, com presença em trinta e quatro países nos cinco continentes. A mudança da marca se efetivou em 29/11/2007. Segundo Dalla Costa (2009), foi a maior negociação já realizada por uma empresa brasileira, atingindo a cifra de US\$ 18 bilhões, o que posicionou a Vale como uma das vinte corporações mais valiosas, superando a Coca Cola e a Apple. Tal transação representou o ponto alto da internacionalização da empresa (Dalla Costa, 2009).

Portanto, ser identificada como a Companhia do Rio Doce evocaria uma memória local, ligada à origem em Minas Gerais, atrelando a si o sentido de uma empresa doméstica, nacional. Esses sentidos são, então, recusados, pois estão muito aquém dos anseios de uma corporação que assume como visão estratégica, ser a maior empresa de mineração do globo. O questionado processo de desestatização, bem como a memória de uma empresa pujante, patrimônio

nacional, passou a ser ocultado para fundar uma nova história e “[...] facilitar a extensão de seus negócios, principalmente no exterior [...]” (Chiabi & Gonçalves, 2010, p. 138). O efeito de sentido de um nascimento, além de censurar (ou apagar?) o relatório de 2006, inaugura uma identidade. Foram alterados o nome e logomarca, numa ação transfiguradora, com objetivo de barrar o percurso dos sentidos atrelados à memória estatal.

Em 2007, a Vale contabilizou cerca de 55.000 (cinquenta e cinco mil) empregados, sendo 13.000 (treze mil) alocados fora do Brasil; obteve receita operacional bruta de R\$ 66,4 bilhões, o que representou cerca de 40% do seu comércio exterior; e lucro recorde de R\$ 20 bilhões. As vendas de pelotas e minério de ferro alcançaram 313,6 milhões de toneladas, portanto 312,1 milhões de toneladas a mais do que o previsto em seu ano de fundação. Essa posição da empresa se deveu aos desdobramentos pós-privatização, tais como: acréscimo das exportações, implantação de novas unidades produtivas e um lépido processo de aquisições de empresas concorrentes (Dalla Costa, 2009).

Enquanto os extraordinários resultados da Vale são explicitados, a memória da privatização incomoda, por isto é silenciada. Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007, p. 86) utilizam dados de 2007 para argumentar a evidência da subestimação do preço pago pela CVRD na ocasião da privatização, uma vez que em maio de 2007, o valor de mercado da Vale era US\$ 100 bilhões (Godeiro *et al.*, 2007), quase igualando os lucros trimestrais ao preço de venda, que “[...] se multiplicou por 60 vezes em 10 anos!!!” (Godeiro *et al.*, 2007, p. 86).

Para Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007), o preço de venda da CVRD deixou de mensurar: o conjunto das empresas do grupo e as participações societárias em dezenas de empresas; as bilionárias reservas minerais; terras públicas para as quais a empresa tinha concessão de lavra; todas as empresas ferroviárias, portuárias e toda a infraestrutura da empresa. Os cálculos apresentados pelos

autores estimam que todas as reservas, não incluídas no valor da venda, equivaliam a US\$ 215 bilhões. Godeiro, Moura, Souza e Vieira (2007), questionam a atuação do Bradesco, banco responsável pela avaliação do preço para o leilão junto com o *Merril Lynch*<sup>3</sup>:

O Bradesco era dono de 17,5% do capital votante da CSN, empresa que liderou a compra da Vale. O Bradesco participa, a partir do ano 2000, do bloco controlador da Vale, através da Bradespar. Os dois bancos avaliaram a empresa em R\$ 10,36 bilhões de reais, levando em conta somente o preço das ações no mercado e desconhecendo todo o conglomerado que era a Vale, assim como suas bilionárias reservas minerais (Godeiro et al., 2007, p. 95).

O histórico questionável da privatização justifica a censura ao relatório de 2006, como parte da política de silenciamento da memória de empresa estatal. As constatações de Chiabi e Gonçalves (2010) sobre a estratégia de mudança da marca, apresentada na figura 1, revelam que “Ao optar pelo nome *Vale* a empresa busca [se] desvincular da imagem de estatal no Brasil e vincular-se aos atributos de posicionamento da marca, tais como: integração com a comunidade; imagem confiável; respeito a diversidade cultural; valor aos acionistas [...]” (Chiabi & Gonçalves, 2010, p. 139, grifo nosso). A designação CVRD tornou-se inadequada, pois se ligava à burocracia e remetia ao passado estatal. O processo de alteração da marca iniciou em 2004 para implantação total até 2010 (Chiabi & Gonçalves, 2010). Um mês antes de a Vale alterar oficialmente nome e marca, ela ultrapassou a PETROBRAS (R\$ 285 bilhões) e tornou-se a empresa brasileira com maior valor de mercado, atingindo R\$ 286 bilhões (Portal Valor Online, 2007).

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma divisão estadunidense de gestão de investimentos e fortunas comandada pelo *Bank of America*.





Figura 1–Identidade visual da Vale.

Fonte: <https://www.b9.com.br/>

A censura funda uma divisão entre sentidos permitidos e proibidos (Orlandi, 2015b). O silêncio da Vale sobre o documento de 2006, não só ao comemorar os dez anos de relatórios, mas em todos os relatórios que o sucederam a partir de 2007, constitui uma proibição na esfera privada da gestão, que visa a interditar à esfera pública a associação de sua nova imagem à história da CVRD estatal. Apesar da interdição, os sentidos escaparam ao controle da empresa. A Vale, pelo mecanismo do *esquecimento número dois* de Pêcheux (2016), a partir de uma ilusão de que consegue selecionar as palavras mais convenientes para se expressar, almeja realizar a mera impressão da literalidade de sentidos aos enunciados e controlar os sentidos. Porém, seu esforço não logra êxito, pois os significados não são colados às palavras, uma vez que o sentido muda segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (Pêcheux, 2016). A utilização da censura, quanto ao legado estatal, no funcionamento discursivo da Vale sucumbiu à “[...] força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não *vinga* em um lugar determinado. O sentido não para; ele muda de caminho [...]” (Orlandi, 2015b, p. 13, grifo nosso).

Constato com a SD3 que, no funcionamento discursivo da Vale, uma política do silêncio tenta controlar o dizer, se utilizando da estratégia de silenciamento de sentidos não desejáveis em sua gestão da comunicação com os *stakeholders*, a partir dos relatórios de sustentabilidade. Para Orlandi (2015b), o silêncio não fala, não é transparente, mas é necessário à significação. Permanecendo silêncio,

significa e nele está o real do sentido que não deriva do sentido das palavras. Segundo a autora, o silêncio nunca é sem sentido, pelo contrário, ele garante o movimento dos sentidos e dos sujeitos. Enquanto há silêncio que apaga, existe também o silêncio que “explode os limites do significar” (Orlandi, 2015b, p. 85). A SD3 foi extraída do relatório que substituiu o verdadeiro primeiro relatório, apresentado em sua introdução como aquele que abarca o período de 2005 a 2007. Na seção *Perfil*, a Vale se apresenta ao longo de quatro páginas sem mencionar sua origem de empresa pública, assumindo apenas que foi criada e possui sede no Brasil.

Na SD3 predomina um sentido de empresa internacionalizada, mobilizado pelo adjetivo global. Enquanto era empresa estatal, sua nacionalidade brasileira estava óbvia, mas após a mudança do nome ela precisou desvincular-se, operando o silenciamento, para expandir e cruzar fronteiras. A Vale é apresentada primeiramente como uma mineradora global, que através da preposição essencial ‘com’ reconfigura sua relação com o país natal, hoje em dia apenas um local no qual a mineradora globalizada mantém sua sede. A informação de seu ano de fundação e do país no qual foi fundada surge no segundo momento da sequência, o que demonstra a estratégia de produzir sentido que valorize sobremaneira a imagem de empresa global.

Na SD3 há uma síntese – por meio dos verbos *criar*, *expandir* e *cruzar* – das etapas pelas quais a Vale percorreu até tornar-se uma corporação global. Entretanto, nada é dito sobre os seus cinquenta e cinco anos progressos à privatização. Nem mesmo ao remontar à criação, na década de 1940, a memória histórica de empresa fundada pelo governo brasileiro é admitida. A Vale não nega o passado estatal, ela constitui um novo sentido, via silenciamento, da sua origem ao utilizar o verbo *criar* e, depois, apoia-se na expansão e no cruzamento de fronteiras para manter-se no tempo presente, consequência da gestão privada, que proporcionou a superação das expectativas sobre o futuro da empresa, quando da sua criação.

Na SD4 é apresentada uma Vale septuagenária. Abre-se a sequência referindo-se à longevidade da empresa, mas silenciando a memória da CVRD, que nasceu estatal e se tornou uma grande empresa. O crescimento exorbitante se revela a partir da comparação entre a produção inicial da época de fundação e o recorde em 2012. Há um salto gigantesco na capacidade produtiva da empresa, inicialmente inferior a dois milhões de toneladas na sua fundação, passando, como apontado por Dalla Costa (2009), para cerca de trezentos milhões, em 2007, alcançando a marca de 5 bilhões de toneladas em 2012. A capacidade de produção em 2012 é exaltada para reverenciar a gestão neoliberal, responsável pela façanha de erguer a Vale a um nível tão elevado de produtividade que a faz capaz de entregar, sozinha, uma quantidade suficiente (cinco bilhões de toneladas) para atender a demanda global de aço na siderurgia por dois anos.

Quando celebra os quinze anos de privatização, a Vale evoca seus setenta anos de história. Entretanto, opta por manter o silenciamento sobre os cinquenta e cinco anos durante os quais pertenceu ao estado brasileiro. Bem ao tom do discurso gerencialista (Pessina *et al.*, 2020) cria uma imagem de eficiência e crescimento e, ao mesmo tempo, entre o objetivo inicial da empresa e o marco do aniversário de sete décadas, faz implicitamente emergir sentido, pelo interdiscurso, vinculado à ideia de que as organizações públicas são ineficientes. É, portanto, a lógica neoliberal da gestão privada, a responsável pela pujança colossal que a empresa faz transparecer na superfície do discurso. O verbo ultrapassar comparece para contrastar o implícito passado de empresa pública que produzia um milhão e meio de toneladas com a mineradora globalizada: gigante, ágil, eficiente e lucrativa, que atinge os cinco bilhões de toneladas na produção de minério de ferro.

Criar, expandir e cruzar fronteiras visam à criação de *valor*, um dos três sentidos construídos para se atrelar à nova identidade visual, conforme Chiabi e Gonçalves (2010). O valor de mercado da Vale tem crescido continuamente. Em 2021 o valor de mercado da companhia ficou em 573,7 bilhões de reais, enquanto a Petrobras,

valia 306,6 bi. A Vale é 1,87 vezes mais valiosa que a estatal (Portal Exame, 2021). Três anos depois do rompimento da Barragem do Fundão a Vale alcançou seu maior valor de mercado, considerando o período dos sete anos anteriores. A Samarco, dona da barragem de rejeitos é uma *joint venture* da Vale em sociedade com a empresa anglo-australiana *BHP Billiton*. O rompimento liberou um volume estimado de trinta e quatro milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de rejeitos de mineração, estendendo seus impactos por seiscentos e cinquenta quilômetros até o oceano (Freitas, Silva & Menezes, 2016).

O maior desastre ambiental da história do Brasil, protagonizado pela Vale, obteve vasta cobertura midiática dentro e fora do país, dizimou o distrito de Bento Rodrigues - MG, exterminou vidas humanas, contaminou águas e devastou vegetações. Os efeitos ainda não estão completamente dimensionados, mas sabe-se que os danos ao meio ambiente e aos seres humanos são imprevisíveis e incalculáveis (Lopes, 2016). Freitas, Silva e Menezes, (2019, p. 2) destacaram após “[...] mais de três anos depois do desastre da Samarco, os moradores dos distritos de Mariana, Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu de Baixo continuam vivendo em casas alugadas e sem a vida comunitária que possuíam antes [...]”.

A robustez e o crescimento vertiginoso da Vale, conforme apresentado na SD4, revelam a supremacia da dimensão econômica em relação às dimensões social e ambiental, que compõem o tripé da sustentabilidade. O funcionamento discursivo da sustentabilidade corporativa quando não silencia, busca reduzir as contradições e conflitos inerentes às atividades produtivas da empresa neoliberal. Esse funcionamento que silencia e atenua impactos tem como exemplo os dois crimes protagonizados pela Vale, cujos riscos à vida humana e ao Meio Ambiente estão associados à mesma dinâmica que gerou tanto gigantismo e robustez na Vale da SD4.

O orgulhoso crescimento visto na SD4 se deu para atender à demanda mineral global, necessária à reprodução do capitalismo, que reforça o papel do Brasil, enquanto fornecedor de *commodities*. Associado ao crescimento, comemorado na SD4, que marca os setenta anos da Vale, está uma posição da empresa em relação ao mercado internacional, de se especializar no fornecimento de minério bruto, de se concentrar nas matérias primas para monopolizar o setor, associando-se às grandes transnacionais da siderurgia. Trata-se de um monopólio privado que reforça a condição do setor mineral brasileiro dependente das oscilações do mercado internacional, fornecedor de produtos básicos e importador de produtos industrializados com alto valor agregado. A Vale decidiu, portanto,

[...] servir às grandes corporações transnacionais e sua estratégia é dominar todo o fornecimento de produtos básicos para a indústria mundial. O papel atual da CVRD na mineração mundial, como parte do processo de crescimento econômico mundial, é **subsidiário** ao desenvolvimento capitalista internacional. Seu entrelaçamento com as grandes transnacionais revela a nova face da empresa: grande fornecedora de matérias-primas para o salto industrial da China e do mundo (Godeiro *et al.*, 2007, p. 59).

Há um funcionamento discursivo que confere ao pré-construído um papel importante na censura e no silenciamento. Pêcheux (2016, p. 151, grifo nosso) designa o pré-construído como o “[...] *sempre-já-aí* da interpelação ideológica que fornece-impõe a *realidade* e seu *sentido* [...]” (Pêcheux, 2016, p. 151), ou ainda “[...] o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é *construído* pelo enunciado [...]” (Pêcheux, 2016, p. 151). Destarte, o sujeito do discurso mobiliza um pré-construído, que também está no cerne do discurso neoliberal, para respaldar o silenciamento e a censura, uma vez que vincula o passado estatal à ineficiência e à burocracia.

## RETRATO HIGIÊNICO DA EMPRESA NEOLIBERAL

Os relatórios de sustentabilidade são concebidos de modo a apresentar uma imagem asséptica, sob as normas da lógica mercantil, que se põe a favor da empresa neoliberal. O neoliberalismo, na perspectiva aqui adotada, está além de uma doutrina econômica. Trata-se de um “[...] sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida [...]”, “é a nova racionalidade do capitalismo contemporâneo” (Dardot & Laval, 2016, p. 7). Não é a mera continuidade do ideário liberal, mas, ao contrário, rompe com o liberalismo, no que tange ao mito do livre mercado. Tal racionalidade “nova” surge com os mandatos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Dardot e Laval (2016) destacam o papel da concorrência no neoliberalismo, que se alastra a todas as instâncias da vida humana:

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo (Dardot & Laval, 2016, p. 379).

De acordo com Coutrot (1998), a liberalização das finanças na década de 1980 fez com que forças poderosas passassem a exercer pressões sobre os atores sociais no capitalismo globalizado. Tais forças são representadas por capital, ideias, modelos, instituições etc., às quais não somente subjaz uma nova visão de empresa, como a tendência à imposição de sua hegemonia. A empresa neoliberal é produto do regime neoliberal (Coutrot, 1998), que “[...] est rendu possible par

une conjoncture capitaliste tout à fait nouvelle, celle des marchés quasi parfaits de capitaux instaurés par la déréglementation financière [...]”<sup>4</sup> (Coutrot, 1998, p. 536).

A empresa neoliberal tem o princípio da concorrência, exposto por Dardot e Laval (2016), como sua principal característica. Essa constatação já fora realizada por Coutrot (1998), que apontou a tendência das empresas em se desconcentrar, se dividir em subsidiárias autônomas, pondo suas unidades de produção em competição umas com as outras para obter o máximo desempenho. Salmon (2017, p. 241) traz uma segunda característica da empresa neoliberal: a negação da dimensão política na sustentabilidade, uma vez que tenta “[...] impedir a ação de forças coletivas contestatórias [...]” (Salmon, 2017, p. 241) via “[...] dispositivos de governança, cujo desafio, para além da pretendida eficiência econômica, é assegurar para si um poder cada vez menos compartilhado [...]”. Uma terceira característica da empresa neoliberal é a idealização, tanto do trabalhador quanto da responsabilidade social (Salmon, 2017, p. 241).

Uma quarta característica da empresa neoliberal é converter a sustentabilidade em geração de valor de mercado. Num contexto da lógica concorrencial exposta por Dardot e Laval (2016), a empresa neoliberal se apresenta como sustentável, pela via discursiva, pois precisa participar da competição pela imagem, via práticas sustentáveis legitimadas pelo mercado, cuja forma e critérios são produzidos e difundidos globalmente por meio da GRI. Segundo Milani *et al.* (2012), existe um mercado de empresas associadas às práticas no campo da sustentabilidade, com índice específico para valorizar tais práticas e mensurar o seu retorno no preço das ações.

---

<sup>4</sup> “é possível graças a uma situação capitalista completamente nova, a dos mercados de capitais quase perfeitos estabelecidos pela desregulamentação financeira” (Coutrot, 1998, p. 536, tradução nossa).

No Brasil existe o índice de sustentabilidade empresarial (ISE), criado por um conjunto de organizações, além da BM&F BOVESPA: Associação Brasileira das Entidades Fechadas e de Previdência Privada (ABRAPP); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC); Instituto Ethos e o Ministério do Meio Ambiente. Este conjunto de organizações compõe uma instância deliberativa para elaboração e aplicação do questionário que avalia práticas empresariais de sustentabilidade e os impactos para a sociedade, decorrentes dos seus produtos e serviços.

De acordo com a análise da SD5, a Vale reconhece a valorização de suas ações no mercado nacional devido ao fato dos investidores terem interesse em empresas que aderem ao ISE. Emerge um sentido condicionante, no qual a sustentabilidade se tornou condição, indispensável, do ponto de vista dos investidores, para obtenção da geração de valor de mercado, parafraseada na SD5 como sucesso financeiro. A designação questões de sustentabilidade, no entanto, é tão vaga que comprova a discricionariedade que cabe às empresas, na escolha do que elegendem como práticas sustentáveis. Ao destacar o desempenho do ISE e sobrepô-lo ao IBOVESPA na SD5, o sujeito do discurso dirige-se aos investidores, também seus interlocutores, já que são *stakeholders* que o relatório visa a alcançar.

O diferencial positivo de valorização das ações funciona como estímulo aos investidores, o que diretamente se reverte em mais valor para a Vale, na medida em que mais investidores comprem suas ações. Esse funcionamento encontra respaldo em Milani *et al.* (2012), ao constatarem que “[...] o investidor que aplicar seus recursos numa carteira que visa a imitar o comportamento desse índice [IBOVESPA] pode estar sujeito a um risco maior do que aquele que balizar seus investimentos nas empresas listadas nos índices de sustentabilidade [...]” (Milani *et al.*, 2012, p. 681).



Para a conversão da sustentabilidade em geração de valor de mercado, na empresa neoliberal, o relatório de sustentabilidade lhe é funcional. É uma chancela para pleitear e se manter figurando na Bolsa, vinculando suas ações ao ISE. Nesse sentido, Ching, Gerab e Toste (2017) destacam que os relatórios de sustentabilidade são utilizados como mecanismos para acesso das empresas aos índices relacionados à sustentabilidade. Para tanto, essas organizações devem desenvolver e divulgar informações que refletem os critérios adotados em questões de sustentabilidade. Este formato de apresentação da performance, financeira e não financeira, empresarial se constitui, portanto, como uma prática utilitarista de mercado.

Ao invés de submetê-la aos controles do Estado e da sociedade, o discurso da sustentabilidade na empresa neoliberal cumpre um papel inverso, pois confere legitimidade e mais liberdade à empresa, na medida em que viabiliza a licença social para operar. Tal discurso cumpre ainda uma função de reduzir riscos quanto ao investimento (Milani *et al.*, 2012) e proporcionar ganhos diferenciados sobre as ações, como visto na análise da SD5. O ISE cumpre, portanto, a função ideológica de “[...] sustentar, politicamente, negócios insustentáveis no âmbito social [...]” (Cesar, 2008, p. 277).

## **INSTRUMENTO DE GESTÃO A SERVIÇO DO DISCURSO HIGIENIZANTE**

O relatório de sustentabilidade é um instrumento que integra o gerenciamento da sustentabilidade na empresa neoliberal. Conforme Gaulejac (2015), instrumentos de gestão não são neutros, portanto, o relatório pode ser utilizado pelas empresas para construir uma imagem que lhe seja favorável pela produção de um discurso higienizante. Milne, Tregidga e Walton (2009) destacam que a divulgação da sustentabilidade tem sofrido críticas, principalmente quanto ao significado do termo, revelando que tais instrumentos, por si só, apresentam pífia relação com sustentabilidade, configurando-se muito mais como uma tentativa das empresas

de filiar-se ao conceito de sustentabilidade de modo favorável à continuidade do negócio. Existe, portanto, “[...] a real danger that the glossy *social performance* reports of transnational corporations may deflect attention from the grim realities of their environmental performance [...]”<sup>5</sup> (Banerjee, 2003, p. 162, grifo nosso).

Segundo Ching, Gerab e Toste (2013), reportar as atividades empresariais por meio de relatórios integrados, oferecendo destaque às informações relacionadas à sustentabilidade, tem se tornado um mecanismo utilizado pelas organizações de mercado como uma maneira de avaliação de desempenho. Portanto, a sustentabilidade tornou-se estratégia fundamental de negócios no rol das maiores empresas, uma vez que 95% das duzentos e cinquenta maiores corporações do mundo já publicaram relatórios. Esse movimento fez dos relatórios de sustentabilidade uma publicação imprescindível para empresas que almejam ser reconhecidas, pelo mercado e pela sociedade, como sustentáveis. A comunicação empresarial por meio de relatórios não é recente, a exemplo dos relatórios financeiros anuais. Entretanto, nas duas últimas décadas houve destaque para divulgação das informações sociais e ambientais. Mais recentemente, a comunicação tem se consolidado combinando divulgações que buscam integrar informações sociais, ambientais, financeiras, de governança e questões de sustentabilidade, constituindo-se em prática reconhecida como relatório integrado, chamada também de divulgações de sustentabilidade (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014).

Caron e Turcotte (2009, p. 273) veem os relatórios de sustentabilidade como artefatos “[...] concerning accountability expectations toward sustainable development [...]”<sup>6</sup>. Os autores alegam não haver regulamentações legais que

---

<sup>5</sup> “um perigo real de que os relatos lustrosos de ‘desempenho social’ das corporações transnacionais possam desviar a atenção das sombrias realidades de seu desempenho ambiental” (Banerjee, 2003, p. 162, tradução nossa).

<sup>6</sup> “referentes às expectativas de accountability em relação ao desenvolvimento sustentável” (Caron & Turcotte, 2009, p. 273, tradução nossa).

regem a prática de relatórios de sustentabilidade, o que permite um alto grau de discricionariedade e margem de interpretação das diretrizes da GRI. Além da falta de regulação legal e da vasta possibilidade de interpretação dos parâmetros GRI em cada empresa, conforme já visto em Caron e Turcotte (2009), o trabalho de Ching, Gerab e Toste (2017) não constatou a existência de influência entre a qualidade da divulgação de informações nos relatórios de sustentabilidade e o desempenho financeiro das empresas analisadas.

Como afirmam Milne, Tregidga e Walton (2009), os relatórios e os diversos tipos de publicidade veiculados pelas empresas são respostas organizacionais aos contextos nos quais atuam e visam a formatar e gerenciar. Considero, portanto, que os relatórios de sustentabilidade são espaços de materialização e circulação de sentidos, nos quais se reproduz, pela produção de conteúdo relacionado à sustentabilidade, uma concepção para seu campo e também uma imagem de sua aplicação a cada caso específico, sempre de acordo com o interesse econômico. O relatório de sustentabilidade, por tratar-se de uma prática relacionada à sua gestão, responde ao poder gerencialista (Gaulejac, 2015, p. 112), cujas principais características são “[...] o primado dos objetivos financeiros, a produção da adesão, a mobilização psíquica [...]”. Para Gaulejac (2015), poder gerencialista é sinônimo de tecnologias gestonárias, pois

[...] contribuem para normalizar os comportamentos, eliminando toda crítica. A gestão gerencialista é uma mistura não só de regras racionais, de prescrições precisas, de instrumentos de medida sofisticados, de técnicas de avaliação objetivas, mas também de regras irracionais, de prescrições irrealistas, de painéis de bordo inaplicáveis e de julgamentos arbitrários (Gaulejac, 2015, p. 41).

A eliminação da crítica pela normalização do engajamento empresarial, utilizando-se da produção de um discurso higienizante, construiu uma representação positiva para a empresa neoliberal ao adjetiva-la - empresa sustentável - que é central “[...]”

to the process of the production of meaning and coming to *know* sustainable development [...]” (Milne, Tregidga & Walton, 2009, p. 1212, grifo nosso). Recorro ao que Pêcheux (2014a) chamou de formação imaginária (Flm), tenho uma categoria capaz de explicar o papel desempenhado pela sustentabilidade, vista como tecnologia de gestão, na Vale. Sua função é construir uma representação (Milne, Tregidga & Walton, 2009). As Flm designam o lugar que destinador e destinatário do processo linguístico “[...] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro [...]” (Pêcheux, 2014a, p. 82). É no relatório de sustentabilidade que podemos observar, materializada, uma representação higienizada que a Vale constrói de si para seus públicos de interesse. Essa representação é uma imagem marcada social, histórica e ideologicamente e representa uma posição-sujeito no processo discursivo.

Martini Junior, Silva e Mattos (2014) analisaram relatórios de empresas brasileiras do ramo de energia, que apresentaram o maior nível de aplicação das diretrizes GRI com verificação por agente externo. Os autores concluíram que diversas falhas são percebidas nos relatórios, dentre elas: falhas na validação das informações antes do início da elaboração, que afetam a completude e credibilidade do conteúdo; demandas das partes interessadas impactadas não retratadas; além da “[...] intensa demonstração de informações favoráveis e não reportam atividades com impacto ao meio ambiente e à sociedade [...]” (Martini Junior, Silva & Mattos, p. 43). As falhas supramencionadas revelam um esforço deliberado na elaboração dos relatórios para circular sentidos favoráveis às empresas, caracterizando o que Spence (2007) chama de *sanitized picture*<sup>8</sup>. Martini Junior, Silva e Mattos (2014) destacam ainda que, durante a pesquisa,

---

<sup>7</sup> “central para o processo de produção de sentido e para se conhecer o desenvolvimento sustentável” (Milne, Tregidga & Walton, 2009, p. 1212, tradução nossa).

<sup>8</sup> Imagem higienizada (Spence, 2007, p. 874, tradução nossa).

[...] observou-se nos relatórios avaliados a concentração de ações para o controle dos aspectos ambientais ou a mitigação dos impactos ambientais, em geral, através da abordagem tecnocentrista, em que a presunção da onipotência tecnológica resolve qualquer problema com soluções obtidas por meios gerenciais ou técnicos pautados na instalação de equipamentos de controle de poluição, destinação de resíduos gerados e na ecoeficiência, considerados insuficientes segundo os próprios critérios da GRI (Martini Junior, Silva & Mattos, 2014, p. 43).

Apesar dos relatórios serem destinados à divulgação das ações de natureza socioambiental da empresa para todo o seu público de interesse, pesquisadores apontam um processo de higienização que serve para produzir uma imagem menos negativa da empresa. Mota, Mazza e Oliveira (2013) ressaltam que, devido à linguagem e às informações predominantes, o documento passa a ser um balizador de informações para o mercado quanto às decisões estratégicas, sejam elas financeiras-contábeis ou não. Ademais, Mota, Mazza e Oliveira (2013, p. 78) identificaram evidências de higienização, uma vez que “[...] as empresas não seguem alguns princípios das linhas gerais da GRI como a comparabilidade, exatidão e equilíbrio [...]” e engendram esforços em “[...] camuflar indicadores e em omitir informações relevantes negativas [...]” (Mota, Mazza & Oliveira, 2013, p. 78), o que demonstram “claras evidências de que há camuflagem de dados, por meio de omissão de indicadores e de resultados negativos transformados em ações de sucesso pelas empresas” (Mota, Mazza & Oliveira, 2013, p. 78).

Segundo Spence (2007), os relatórios de informações sociais e ambientais se tornam a prática organizacional mais defendida já no final da década de 1980. O autor destaca, desde então, a existência de críticas quanto aos relatórios serem instrumentos realistas para compilação de informações no que tange à transparência organizacional, pois o relatório “[...] is driven more by concerns with legitimacy, stakeholder management and masking conflict than by accountability

[...]” (SPENCE, 2007, p. 856) e ainda “[...] attempts to reduce antagonism toward business from various social segments, obtaining consent for its actions and thereby (re)producing its ideological hegemony [...]” (Spence, 2007, p. 856).

A prática organizacional de reportar as informações socioambientais das empresas tem a função de “[...] disseminate sanitized portrayals regarding business-social-environmental interactions [...]” (Spence, 2007, p. 857) com vistas a alinhar “[...] extra-business interests around the fundamental concerns of business, coercively brought about by pressure from the financial markets [...]” (SPENCE, 2007, p. 860). É com base em Spence (2007), portanto, que evoco a metáfora do retrato higienizado.

## SUJEITO E DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA NO DISCURSO HIGIENIZANTE

A empresa neoliberal não existe apartada da realidade sócio-histórica que lhe deu origem. Há um século e meio, Marx (2015) demonstrou como a articulação do sistema de máquinas – o moderno sistema fabril, se apropriava do trabalho de mulheres e crianças de modo a ampliar a exploração pelo capital. Sem a figura do gestor, como hoje a concebemos no campo da Administração, o capital exercia seu poder autocrático sobre os trabalhadores por meio do supervisor fabril que, por sua vez, se valia de um manual de punições ao invés “[...] do chicote do feitor de escravos [...]” (Marx, 2015, p. 496). O referido autor descreveu as condições materiais nas quais se dava o trabalho na fábrica: temperatura elevada

---

<sup>9</sup> “é impulsionado mais por preocupações com legitimidade, gestão de partes interessadas e mascaramento do conflito do que por accountability” (Spence, 2007, p. 856, tradução nossa).

<sup>10</sup> “tenta reduzir o antagonismo em relação aos negócios em relação a vários segmentos sociais, obtendo consentimento para suas ações e, assim, (re) produzindo sua hegemonia ideológica” (Spence, 2007, p. 856, tradução nossa).

<sup>11</sup> “disseminar retratos higienizados em relação a interações socioambientais” (Spence, 2007, p. 857, tradução nossa).

<sup>12</sup> “interesses extra comerciais em torno das preocupações fundamentais das empresas, provocadas coercivamente pela pressão dos mercados financeiros (Spence, 2007, p. 860, tradução nossa).

artificialmente, atmosfera tomada de resíduos da produção, ensurdecido ruído e perigo eminente devido ao amontoado de máquinas.

Marx (2015, p. 498) deixou explícito que o capitalista industrial realizava o “[...] roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho: roubo de espaço, ar, luz e meios de proteção pessoal contra as circunstâncias do processo de produção que apresentam perigo para a vida ou sejam insalubres”. A empresa neoliberal situa-se historicamente no mesmo modo de produção no qual se inseria a fábrica moderna, cujas condições materiais foram descritas por Marx. Como aquela, a empresa neoliberal mantém em seu seio “[...] dois grupos sociais antagônicos, isto é, os que exploram e os que são explorados [...]” (Faria, 2011a, v. 1, p. 60), ou seja, “[...] os capitalistas e os trabalhadores, também denominados de burgueses e proletários, patrões e empregados etc.” (Faria, 2011a, v. 1, p. 60).

O pensamento dominante sobre gestão tem origem na empresa industrial privada e é o cerne do discurso fundador (Orlandi, 1993), para efeitos deste trabalho, aquele que funcionou como referência básica na constituição do campo da Administração. Aqui trato a gestão de maneira indissociável da Administração, uma vez que elucidar suas diferenças daria uma outra pesquisa, tendo em vista que ainda é uma difícil tarefa na área da Administração (Rodrigues & Brzezinski, 2013). Segundo Orlandi (1993, p. 13), o discurso fundador “[...] cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra [...]” se aproveitando da ideologia já significativa.

Considero por berço das teorias de gestão, a segunda década<sup>13</sup> do Século XX, conforme Motta e Vasconcelos (2014, p. 3), que ela “[...] surge com base na consolidação da lógica de mercado e na consolidação das estruturas burocráticas

---

<sup>13</sup> Em 1911, Taylor publicou *Princípios de Administração Científica* e, em 1916, Fayol publicou *Administração geral e industrial*.

como forma de organização do trabalho humano com o objetivo inicial de aumentar a produtividade e gerar lucro [...]”. Trata-se de pôr em tela que a gestão, desde sua origem, responde a uma “[...] realidade social construída pelo modo de produção capitalista [...]” (Rodrigues & Brzezinski, 2013, p. 15) e orienta-se por uma racionalidade instrumental, tornando a “[...] competição o *modus vivendi* dos trabalhadores no mundo da organização da produção [...]” (p. 15) e “[...] a busca do lucro, a qualquer preço [...]”, a razão de ser das empresas (p. 15).

Como afirma Faria (2003, p. 16), as organizações são construções históricas e sociais, dinâmicas, contraditórias “[...] e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a ela vinculados e os objetivos para os quais foram criadas [...]”. Me propus retornar ao discurso fundador (Orlandi, 1993) da Administração em busca de evidências da ideologia que constitui sujeito e discurso de gestão da sustentabilidade na empresa neoliberal. Isso é possível, porque no discurso fundador a ideologia já está materializada. A organização representante do berço da gestão empresarial é a empresa industrial, para qual a gestão é forjada com o exclusivo objetivo de gerar lucro, revelando-nos uma pista sobre a forma sujeito histórica– o capital – que, pela interpelação ideológica, se faz presente no discurso empresarial desde então.

Taylor, Fayol e Ford são representantes do discurso fundador: a gerência científica e a Organização Científica do Trabalho (OCT), marcando a separação entre os que pensam e aqueles que executam o trabalho. Para Faria (2011b, v. 2, p. 31), “Taylor apresenta a verdadeira razão de sua gerência científica: a divisão do trabalho entre a gerência e os trabalhadores, ou seja, a separação fundamental de cérebro e mão [...]” (Faria, 2011b, v. 2, p. 31) de forma a “[...] baratear a força de trabalho do trabalhador diminuindo o seu preparo e aumentando a sua produção [...]” (Faria, 2011b, v. 2, p. 31). Ford foi muito além de Taylor, de acordo com Faria (2011b, v. 2, p. 53):



Se, do ponto de vista do capital, Henry Ford foi, de fato, um inovador, cujos pressupostos gerencialistas da sociedade industrial permanecem atuais, do ponto de vista do trabalho foi um dos mais importantes ideólogos do poder do capital, da desumanização e da exploração extrema da força de trabalho, do nacionalismo e do preconceito. Sua filosofia, portanto, incluía tirar o máximo do trabalho que um operário poderia executar, exercer o máximo de controle sobre o processo de trabalho e de produção e controlar ao máximo a vida dos trabalhadores dentro e fora da fábrica através de mecanismos que lhes roubavam a identidade, a cultura e a liberdade de pensar e agir.

Faria (2011b) destaca que, por meio dos princípios formais de gestão, Fayol confere racionalidade burocrática à empresa capitalista. Como lembra Orlandi (2016, p. 216-217), “No interior da sociedade capitalista a burocracia é instrumento de dominação [...]”. Depois de separar os trabalhadores entre os que pensam e os que executam, Fayol colocou os primeiros à serviço da dominação burocrática. Segundo ele, é papel da administração a capacitação técnica dos trabalhadores para perpetuar a cultura dominante, reproduzir valores ideológicos e reforçar as relações de classe sob o domínio do capital:

A concepção de Fayol, não apenas complementa, no plano administrativo, as expostas por Taylor e Ford no plano da produção, como introduz na literatura da gestão uma espécie de funcionamento universal das organizações, o qual irá ser traduzido nas clássicas funções de *planejar, organizar, dirigir e controlar* (Faria, 2011b, v. 2, p. 64).

Tragtenberg (2006) lembra que o surgimento de teorias da Administração espelha os interesses de uma classe dominante e destaca também o caráter repressivo de adaptação e controle do trabalho pelo capital na empresa capitalista. O autor se refere às teorias da gestão capitalista como uma ideologia, que “[...] também chamada de teoria gerencialista, constitui-se no fundamento de ideias que, ao mesmo tempo, reproduz a lógica de dominação do capital sobre o trabalho e

oferece suporte *científico* para legitimar as ações decorrentes de tal lógica [...]” (Faria, 2011, v. 2, p. 19, grifo nosso).

Como Pêcheux (1990, p. 12) afirma, “[...] os objetos ideológicos são sempre fornecidos concomitantemente com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu sentido [...]”. Ao conceber a gestão racional, os clássicos se utilizaram de um suposto suporte científico para legitimar a lógica de dominação do capital sobre o trabalho. As designações gestão e organização têm sentidos específicos, constituídos simultaneamente aos sujeitos interpelados ideologicamente, o que faz “[...] com que o trabalhador incorpore, como sendo seu, o discurso do sistema de capital [...]” (Faria, 2011, v. 2, p. 221). Na perspectiva da gestão capitalista está silenciada “[...] a oposição de duas lógicas: a lógica do empresário que precisa maximizar lucros, minimizar custos (incluindo a mão-de-obra) e a lógica do operário, que procura maximizar seu salário [...]” (Tragtenberg, 2011, p. 102).

Desde Taylor, a gestão tem se voltado ao “[...] acréscimo da rentabilidade econômica nas unidades produtivas [...]” (Ruben, Serva & Castro, 1996). Taylor é apontado por Morgan (1996, p. 32) como o grande inimigo do trabalhador e “[...] um dos autores mais perniciosos e criticados de todos os teóricos organizacionais [...]”. Tanto Taylor, com seu foco de análise no modo de trabalho do operário, quanto Fayol, com sua proposta mais voltada ao trabalho do gerente, “[...] representam o fundamento da teoria administrativa na primeira metade deste século [XX] [...]” (Morgan, 1996, p. 28).

Com Taylor, Ford e Fayol a produção de conhecimento sobre gestão estabilizou um sentido pragmático, uma natureza prescritiva e produziu o silenciamento sobre a luta ideológica de classes, travada no interior da empresa capitalista. Para Faria (2011b), a produção da literatura gerencialista após Fayol apenas revisitou e aprimorou sua elaboração sobre as funções de planejamento, organização,

direção e controle. Ademais, o pensamento canônico da gestão, da Escola Clássica até as elaborações teóricas mais recentes, passa ao largo da luta de classes, operando assim um silenciamento sobre a luta ideológica pelo sentido do que é produzido, assegurando a dominação da forma-sujeito histórica capitalista.

Recupero esse argumento, pois, para a Análise Pêcheutiana do Discurso, uma formação ideológica (FI) específica se filia a determinada classe social (Pêcheux, 1990). Há um sentido de ser da Administração, que para mim, desde sua fundação, não rompe com a formação ideológica dominante do capital na qual se inscreve massivamente a produção intelectual no campo do conhecimento.

O discurso fundador da gestão tem origem histórica e segue produzindo efeito de permanência. Como fundador “Instala-se irrevogavelmente [...]” (Orlandi, 1993, p. 14), porque é capaz de “[...] produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo, o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim [...]” (Orlandi, 1993, p. 14). O interesse da gestão “[...] é confessadamente econômico, revelando o utilitarismo como valor [...]” (Ruben, Serva & Castro, 1996 p. 70).

Portanto, desde sua fundação a literatura gerencialista é voltada quase exclusivamente à realidade da empresa privada com fins lucrativos e, conseqüentemente, ao alcance de seus objetivos econômicos. O discurso fundador, pela via da disputa ideológica, foi responsável por estabilizar um sentido de superioridade da gerência sobre os trabalhadores, como revela Klikauer (2016, p. 2): “[...] the founding texts of management (Fayol and Taylor) did not deliver a new science but provided ideology informing (sic!) countless managers,

supporting their invented and deeply ideological belief in management's superiority over workers [...]"<sup>14</sup>.

A Administração enquanto campo do conhecimento, inscreve-se em uma ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado, produzindo, por consequência, uma teoria dominante da organização (Guerreiro Ramos, 1981). Guerreiro Ramos (1981, p. 118), criticou a Administração mais de quatro décadas atrás por ser um campo disciplinar condenado a permanecer "pré-analítico" e "[...] para sempre na periferia da ciência social [...]", por permitir que lhe falte "[...] a capacidade analítica necessária à crítica de seus alicerces teóricos [...]" e a capacidade "[...] de desenvolver em caráter crítico e de si mesmo extraídas suas bases epistemológicas [...]", deixando ainda a lacuna de realizar um exame "[...] em termos de crítica, à epistemologia inerente ao sistema de mercado [...]".

Para Guerreiro Ramos (1981), pensador crítico de elevada profundidade e reconhecimento (Davel & Alcadipani, 2003), uma racionalidade instrumental predomina nas organizações da sociedade centrada no mercado, produzindo, por consequência, um comportamento humano orientado prioritariamente pelo interesse econômico. A organização econômica formal (projetada, fundada no cálculo, maximizadora de recursos) é o paradigma dominante de organização para a qual a gestão visa a atender. A sociedade centrada no mercado produziu tal perspectiva dominante de gestão. Em outras palavras, a teoria dominante (GUERREIRO RAMOS, 1981), representa a formação discursiva canônica da gestão, que por sua vez, é afiliada à formação ideológica capitalista, legitimadora da sociedade mercadocêntrica, que é dominante porque é construção histórica de uma classe dominante.

---

<sup>14</sup> "os textos fundadores da administração (Fayol e Taylor) não entregaram uma nova ciência, mas proveram de informações ideológicas inúmeros gerentes, apoiando sua crença inventada e profundamente ideológica na superioridade da gerência sobre os trabalhadores" (Klikauer, 2016, p. 2, tradução nossa).

Utilizo o termo “canônica” para me referir ao que Guerreiro Ramos (1981) denominou de teoria dominante, bem como ao conjunto de disciplinas funcionais e às metodologias gerenciais centradas na perspectiva mercadológica que determinam uma orientação gerencialista/funcionalista dos cursos de graduação em Administração. Trata-se de um modelo funcionalista de gestão, para o qual a organização é um sistema de tarefas a executar e objetivos a atingir, no qual pessoas não são mais do que recursos a serviço da empresa, evitando-se o questionamento de sua lógica voltada aos fins utilitaristas (Kopelke & Boeira, 2016).

Os efeitos de sentido mobilizados no discurso representam uma produção material, herdeira do processo histórico que constituiu a empresa neoliberal. Destarte, importa evidenciar que desde o discurso fundador da gestão até a prática atual de comunicar a gestão da sustentabilidade por meio do RS, exala um sujeito que se constitui de forma concomitante aos sentidos por ele mobilizados devido à interpelação ideológica. Zoppi-Fontana (2005) afirma, ao evocar “[...] a interpelação ideológica e seu funcionamento na produção do sentido e do sujeito no discurso [...]” (Zoppi-Fontana, 2005, p. 48), que “[...] para Pêcheux, a questão do sentido está *sempre já* constitutivamente ligada à questão do sujeito do discurso [...]” (Zoppi-Fontana, 2005, p. 48). Discurso e sentido, portanto, possuem natureza essencialmente ideológica (Pêcheux, 2016). A constituição do sentido liga-se à do sujeito pela Ideologia, uma vez que “[...] a constituição do sujeito do discurso se dá juntamente com a constituição do sentido no discurso e que ambos os processos se articulam simultaneamente pela interpelação ideológica [...]” (Zoppi-Fontana, 2005, p. 48).

Cornelsen (2009) toma a AD como “[...] arcabouço de ferramentas teóricas que proporcionam ganho qualitativo significativo no desenvolvimento de pesquisas dentro dos Estudos Organizacionais, cujo enfoque seja, por exemplo, aspectos constitutivos do discurso organizacional e de seu emprego no dia a dia das

organizações [...]” (Cornelsen, 2009, p. 21), considerando o “[...] papel central da linguagem como um meio simbólico na construção social da realidade [...]” (p. 21). Esse autor defende que a formação ideológica pode contribuir “[...] para se entender as relações de poder através da linguagem num dado contexto sócio-histórico de emergência em que o sujeito da enunciação está inserido; o interesse não apenas pelo dito, mas também pelo não dito e pelos silenciamentos e interdições [...]” (p. 28). É de relevância ainda a contribuição devido ao seu caráter interdisciplinar que

[...] nos permite-contextualizar toda e qualquer produção discursiva, uma vez que coloca o discurso em contato com o contexto sócio-histórico de emergência e nos auxilia a responder a diversas questões, como, por exemplo, quem fala, sobre o que fala, em nome de quem ou do que se fala, para quem se fala, de que maneira e com que meios se fala etc. (Cornelsen, 2009, p. 42).

As condições de produção do conhecimento canônico sobre gestão a evidenciam que esta é produto de uma sociedade centrada no mercado, cuja formação ideológica do capitalismo produziu, o que Guerreiro Ramos (1981) denominou de epistemologia inerente ao sistema de mercado. Dito isto, identifico na produção do discurso higienizante a posição-sujeito do gestor, constituído pela forma-sujeito histórica, isto é, o capitalismo. Orlandi (2016, p. 202) assim explica o sujeito:

Na perspectiva discursiva, isso significa que este sujeito resulta da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Este sujeito, ou forma sujeito histórica, assim constituída, enquanto sujeito capitalista, é enformada, se sustenta pelo jurídico. Temos aí um sujeito de direito e de deveres, um sujeito ao mesmo tempo livre, dono de sua vontade, e responsável. O sujeito capitalista. Mas indo mais longe, temos a relação deste sujeito com o Estado capitalista. Estado que é articulador do simbólico com o político. Nesse sentido, o Estado, por sua vez, individua/liza este sujeito, pelas instituições e pelos discursos, daí resultando não o indivíduo como nasce, mas uma forma sujeito que o

Estado individualiza, logo um sujeito individualizado, ou seja, um indivíduo que se identifica por sua inscrição em uma formação discursiva, ou seja, em certos sentidos e não outros, constituindo-se em uma posição sujeito com sua existência, que se inscreve com suas práticas, na sociedade (Orlandi, 2016, p. 202).

A história é elemento fundante dos sentidos pois, dada a incompletude da língua, eles são alcançados na relação do funcionamento da língua com a historicidade (Florêncio, 2013). O percurso de remontar ao discurso fundador da gestão e sua determinação ideológica me habilita a identificar as contradições no discurso empresarial que embuça o seu principal objetivo, a criação de valor. Com Pêcheux (2016), atento para o papel que cabe à ideologia no discurso da sustentabilidade na empresa neoliberal: direcionar a interpretação de sentidos. A ideologia subjaz ao sujeito do discurso, que é possível fazer emergir a partir do gesto de interpretação. A ideologia cumpre o papel de determinar o “[...] *que é e o que deve ser dito* [...]” (Pêcheux, 2006, p. 146), aceito como sustentável, fornecendo “[...] as evidências pelas quais *todo mundo sabe* [...]” o que é sustentabilidade (Pêcheux, 2006, p. 146). E todo mundo sabe porque há sentidos produzidos numa determinada FD, da qual o sujeito do discurso toma posição e seleciona seus dizeres porque

[...] *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (Pêcheux, 2006, p. 146-147).

O discurso da sustentabilidade na Vale tem, assim, uma posição-sujeito identificada com a formação discursiva da sustentabilidade empresarial que veicula a forma-sujeito histórica, capitalista. Pelo mecanismo do esquecimento, que é o encobrimento da causa do sujeito, o sujeito do discurso reproduz o que

dita o mercado, a fonte dos dizeres ecoantes a partir da posição-sujeito do gestor/*manager*. Esta última, tanto interpreta sentido em certa direção, como também, opera o silêncio quando lhe é conveniente. Toda FD é um espaço discursivo não fechado, inserido numa FI que se materializa no discurso, cujo funcionamento ideológico não é transparente (Florêncio, 2013). É pelo gesto de análise, que identifico a FI do capital como aquela que determina o que pode e deve ser dito nos relatórios de sustentabilidade. Nomeio ainda, a formação discursiva da sustentabilidade empresarial (FDSE) da qual o sujeito enunciador toma dizeres e apresenta a sustentabilidade numa perspectiva gerencial.

Zoppi-Fontana (2005) revela a importância de Pêcheux para observar o funcionamento da linguagem na luta ideológica de classes pelo sentido de palavras, frases e expressões. A partir da análise do processo discursivo identifico o discurso de sustentabilidade na empresa como um discurso de classe, uma vez que atende aos interesses daqueles que detêm os meios de produção. O discurso da sustentabilidade é ideologicamente marcado por uma disputa de sentidos, na qual o capital determina o que é considerado sustentável, através da FDSE. A forma-sujeito histórica do discurso – a capitalista – exerce sua determinação pela FI que se materializa na FDSE, determinada pelo estado de lutas de classe, na qual a posição-sujeito do *manager* (Gaulejac, 2015) enuncia a política de sustentabilidade (o regramento), o sistema de gestão, o monitoramento e a divulgação da performance alcançada. A empresa tem na gestão da sustentabilidade um mecanismo de poder e o exerce em suas práticas discursivas,

[...] incorporando o que não pode ser dito ao que é possível falar, ao que pode ser manifesto às claras, de maneira a criar um mundo ao mesmo tempo de racionalidades (de regras, objetivos, políticas, processos produtivos, planos, estratégias etc.) e de subjetividades (símbolos, sistemas imaginários e mitos), com seus paradoxos e contradições. (Faria, 2014, p. 11).



Tem-se, assim, uma posição-sujeito identificada por sua inscrição na formação discursiva da sustentabilidade empresarial e em seus determinados sentidos e não outros. No discurso da poderosa corporação monopolista (Mészáros, 2011), esta posição-sujeito, uma personificação do capital, é o *manager*, “[...] incumbido de realizar tarefas rigorosamente definidas no interesse da companhia gigantesca a que serve [...]” (Mészáros, 2011, p. 159).

A gestão reflete a “[...] sociedade capitalista e seus conflitos antagônicos entre capital e trabalho [...]” (Silva Sobrinho, 2017, p. 33). A gestão subordina-se ao poderio da grande corporação, expresso no fato de que “[...] uma centena de multinacionais controla direta ou indiretamente mais de 50% da produção econômica mundial [...]” (Gaulejac, 2015, p. 60). O exercício da gestão corporativa implica o poder gestor, cuja “[...] força repousa sobre diferentes mecanismos que canalizam a ação a serviço do capitalismo e das empresas que são sua encarnação [...]” (p. 143). Ao poder gestor corresponde uma determinação ideológica, pois a ideologia constitui-se em um processo de produção de um imaginário, “[...] uma interpretação particular que apareceria, no entanto como a interpretação necessária [...] regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas” (Orlandi, 2015b, p. 96). À gestão cabe uma função específica de (re)produção da ideologia, uma vez que “A empresa suscita a construção de um imaginário do qual o gerenciamento deve garantir a consistência e a permanência [...]” (Gaulejac, 2015, p. 125).

No discurso empresarial, pela determinação ideológica, há uma mobilização dos sentidos na direção de um projeto de “[...] dominação de um sistema econômico que legitima o lucro como finalidade [...]” (Gaulejac, 2015, p. 69). Para o alcance de tal fim, é que o “O gerenciamento se põe a serviço do *shareholder value* – o valor para o acionista [...]” operando “[...] a submissão do poder gerencialista à empresa [...]” (p. 54). A gestão está submetida ao sistema do capital “[...] orientado para a expansão e movido pela acumulação [...]” (Mészáros, 2011, p. 100) por meio de

“[...] poderosíssimas corporações monopolistas [...] no centro do palco do domínio do capital sobre a sociedade[...]” (Mészáros, 2011, p. 59), que, por sua vez, submete-se à ideologia de uma classe dirigente, assim descrita:

Modelada sobre a grande burguesia americana, essa nova burguesia se afasta dos valores da ética protestante para conservar apenas o espírito do capitalismo. Ela participa da construção de um mundo ultraliberal, ou seja, de um mundo feito à sua medida, sem barreiras para a circulação dos capitais, das mercadorias, dos serviços e, portanto, sem limites para extensão de seu domínio. Ela não está mais a serviço de um projeto industrial que supõe reinvestir os benefícios da produção, mas a serviço de uma lógica financeira, animada por interesses especulativos. Fazer frutificar seu capital não em um projeto social, animado por uma preocupação com o bem comum, mas em um projeto individual que não atribui a si nenhuma finalidade além de se enriquecer (Gaulejac, 2015, p. 255).

A “[...] ideologia representa uma posição de classe [...]” (Figueira, 2015, p. 92). Sendo o discurso da sustentabilidade, situado historicamente em organizações capitalistas, que por sua vez, funcionam a serviço da sociedade centrada no mercado (Guerreiro Ramos, 1981), é inadmissível aos estudos organizacionais deixar de considerar em seu arcabouço teórico-analítico, a categoria classe). Eis, portanto, uma razão para considerar nas análises de fenômenos organizacionais, a ideologia que “[...] cumpre uma função nas relações de classes, pois a ideologia não só evidencia sentidos e sujeitos, como também orienta ações, isto é, ações impulsionadas pelas práticas sócio-históricas de sujeitos [...]” (Silva Sobrinho, 2017, p. 24).

Fazer frutificar o capital para o enriquecimento dos donos, sem qualquer preocupação com um projeto de bem comum, eis a função da ideologia da classe que submete a gestão ao seu poder. Isso tem consequências diretas na produção e movimento de sentidos no discurso empresarial, pois seus efeitos de sentido

“[...] são parte do movimento contraditório das relações sociais, incluindo aí as lutas e os interesses de classes. Em outras palavras, o discurso é parte da concretude histórica do fazer dos homens em sociedade [...]” (Silva Sobrinho, 2017, p. 31).

A divisão da sociedade em classes sociais, opostas entre si, é ao mesmo tempo condição insuperável e uma forma de sujeição ao sistema do capital, que impõe uma divisão social hierárquica do trabalho, na qual “[...] as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos [...]” (Mészáros, 2011, p. 99). Tal divisão é “[...] justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99). A discursividade é prática ideológica dos sujeitos históricos e implica um funcionamento lógico-linguístico que não passa ao largo da ideologia (Silva Sobrinho, 2017).

Ademais, “[...] a **prática discursiva** (enquanto prática política), em uma sociedade capitalista, é atividade produzida e engendrada pelas lutas de classes [...]” (Silva Sobrinho, 2017, p. 21). A empreitada de esboçar um gesto de interpretação requer, inicialmente, a identificação dos rastros, seguir o encaixe de pegadas, até que se possa, posteriormente, vislumbrar a frente dos discursos, sempre considerando que a AD está alicerçada “[...] como uma teoria materialista, *uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se podem chamar as práticas linguísticas [...]*” (Silva Sobrinho, 2017, p. 21, grifo nosso).

Destarte, importa lembrar que “[...] a mesma palavra não significa a mesma coisa para o patrão e para o empregado, para o índio e para o ocidental, para o homem, para a mulher e assim por diante [...]” (Orlandi, 2016, p. 203). A FI do capital produziu a Sustentabilidade, que no discurso empresarial, demanda uma gestão supostamente diferenciada, que além de se ocupar da dimensão econômica da organização, se encarrega de questões de cunho social e ambiental. O sujeito do

discurso da sustentabilidade posiciona-se de um lugar discursivo bastante específico – o do *manager*.

Nesse sentido, a gestão da sustentabilidade se tornou uma componente imprescindível ao sistema do capital em seu processo incessante de acumulação (FARIA, 2014). Trato portanto, de enxergar a sustentabilidade em uma perspectiva gerencial, cuja origem é demarcada na empresa industrial do início do século XX, ainda que aparente revestir-se de novas preocupações com responsabilidade social e ambiental.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Para uma interpretação do discurso empresarial da sustentabilidade, parti dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, além de diversos autores da AD, que se alinham à teoria do discurso e aos fundamentos do materialismo histórico-dialético que a constitui. Na análise, a noção de funcionamento discursivo é central. A partir dela, fiz a passagem do texto ao discurso, observando, a partir do corpus, suas características relevantes, os efeitos de sentido possíveis e as funções que cada efeito desempenha no discurso da sustentabilidade na Vale.

Demonstro que o funcionamento do discurso faz a Vale constituir uma proibição, na esfera privada da gestão, que visa a interditar aos seus interlocutores a associação de sua imagem à história da companhia estatal. A Vale constitui um novo sentido de gestão, por meio do silenciamento da sua origem pública e da sobrevalorização do vertiginoso crescimento sob a gestão privada. Adotando um discurso gerencialista, a Vale cria uma imagem de eficiência e crescimento, oposta à ideia pré-construída de ineficiência das organizações públicas. Esse pré-construído confere um papel importante à censura e ao silenciamento. Ele é mobilizado pelo sujeito do discurso, que o resgata do cerne do discurso neoliberal,

a fim de respaldar o silenciamento e a censura, uma vez que vincula o passado estatal à ineficiência e às disfunções da burocracia.

Constato que a FDSE é a matriz de sentidos de um discurso higiênico que se filia à formação discursiva da gestão canônica. Concebo a sustentabilidade corporativa funcionando como um discurso higienizante, eficiente para instaurar sentidos positivos à imagem da empresa neoliberal, que utiliza-se de práticas discursivas que cumprem a função de deslocar a atividade empresarial da condição de causadora de danos, não só à Natureza mas também aos trabalhadores e ao conjunto da sociedade, para uma posição de prestígio, da corporação como agente de responsabilidade socioambiental, atuando segundo regras e mecanismos concebidos pelo mercado e legitimados pelo Estado e pela sociedade.

Os relatórios de sustentabilidade se configuram em tecnologia gestonária para higienização da imagem da empresa, criando uma representação de sustentabilidade. A categoria analítica Formação Ideológica do mercado ajuda a explicar o efeito de representação, pois designa o lugar que a Vale atribui a si e aos outros. É, portanto, no relatório de sustentabilidade que observamos, materializada, uma representação higienizada que a Vale constrói de si para seus interlocutores. Tal representação é uma imagem marcada social, histórica e ideologicamente e representa uma posição-sujeito no processo discursivo.

As condições de produção do conhecimento canônico em gestão revelam sua origem na sociedade centrada no mercado, dominada, portanto, pela formação ideológica do capital. Identifiquei no discurso da Vale o sujeito gestor, o manager, posição-sujeito vinculada à forma-sujeito histórica, isto é, a capitalista. A ideologia, no discurso, cumpre o papel de determinar o que deve ser dito pela Vale como sustentável, fornecendo aos seus interlocutores as evidências do que seja a

sustentabilidade a partir dos sentidos produzidos na FDSE, na qual o sujeito do discurso toma posição e seleciona seus dizeres.

Destarte, o discurso da sustentabilidade na Vale tem uma posição-sujeito identificada com a FDSE, que veicula a forma-sujeito histórica, a capitalista. O sujeito do discurso reproduz o que dita o mercado, que é a fonte dos dizeres ecoantes a partir de um lugar discursivo bastante específico, da posição-sujeito do *manager*. No fio do discurso, a preocupação da Vale em gerar lucro e aumentar o valor de mercado torna-se menos evidente do que o esforço da empresa em emular desempenho relacionado à sustentabilidade.

O discurso da sustentabilidade na Vale é, portanto, aquele que simula uma conduta empresarial baseada em valores éticos, no respeito às pessoas, às comunidades e à Natureza, mas que, concretamente, atende aos interesses dos acionistas de valorização das ações no mercado global. Em seu funcionamento, o discurso da sustentabilidade na Vale opera ainda uma higienização da imagem da empresa, apaga a memória estatal e camufla a sua missão de transformar a Natureza em dinheiro, apropriando-se privadamente do lucro enquanto os danos causados são públicos.

Uma das contribuições deste trabalho deve-se à adoção da AD Pêuchextiana, abordagem qualitativa que, com cinco décadas de história e sua inflexão interdisciplinar, deve ser mais utilizada em estudos organizacionais, tendentes a privilegiar modelos de análises quantitativas e funcionalistas. A AD apresenta uma perspectiva teórica, acompanhada de dispositivos analíticos que oferecem muitas possibilidades para investigação em Administração. Ao contrário de reivindicar para si um rigor que convença o leitor de que a análise produzida é a única leitura possível do fenômeno ou mesmo a mais verdadeira, a AD trata cada análise como uma dentre outras tantas possibilidades, um gesto de interpretação dentre muitos

outros possíveis. Almejar uma interpretação única, portanto, produz um conflito com os princípios da AD.

Outra contribuição tem a ver com uma função política e social, na medida em que a pesquisa proporciona reflexões, a partir de seus dados e da literatura, e expõe as entranhas do discurso de uma empresa, cuja irresponsabilidade socioambiental se camufla sob o insustentável discurso da sustentabilidade. As contestações à conduta da Vale por parte de movimentos sociais, bem como as evidências deixadas pelos dois crimes cometidos pela empresa em Mariana e Brumadinho, somam-se aos achados desta pesquisa, atribuindo-lhe ainda mais relevância.

A AD, enquanto teoria-metodologia que não está no *mainstream* metodológico dos estudos organizacionais, pode ser utilizada para reflexão crítica em Administração, contribuindo para o estímulo à reflexividade e criticidade, evocadas por Kopelque e Boeira (2016) também na formação de administradores/as. Esta pesquisa contribui para a denúncia da prevalência da ideologia gerencialista (Gaulejac, 2015); oferece uma visão desnaturalizada da organização e da Administração, não inscreve os conhecimentos em uma lógica instrumental de cálculo dos meios com relação aos fins e apresenta intenção emancipatória (Davel & Alcadipani, 2003). Mais uma contribuição é descortinar o mito da sustentabilidade corporativa, aquele que não é mais do que uma ideia para adiar o fim do mundo (Krenak, 2019)

O relatório anual de sustentabilidade é o instrumento de gestão que apresenta a materialidade discursiva na qual um discurso higienizante funciona para silenciar a memória da empresa pública pujante e bem sucedida – Vale do Rio Doce. O discurso higienizante funciona também para transfigurar a realidade, ao produzir e perpetuar seu retrato higienizado, a empresa neoliberal opera, pela utilização da linguagem, um deslocamento que lhe é bastante útil, sempre de maneira a atenuar a gravidade dos impactos danosos de sua atividade produtiva. O discurso higienizante faz da empresa neoliberal, portanto, um agente de mudança, uma

empresa sustentável, aquela que é comprometida com as questões sociais e ambientais, se faz presente e envida esforços na construção de políticas “verdes”, algo nada mais do que uma estratégia cosmética.

Enquanto essa estratégia cosmética segue a produzir bons frutos para a imagem e para as finanças da empresa, fatos graves e marcantes protagonizados recentemente por ela, tal qual o crime de Brumadinho que completa quatro anos, revela que, em sua estrutura, o atual sistema capitalista de mercado continua a funcionar para maximizar o lucro e acumular ilimitadamente como se não houvesse amanhã.

## REFERÊNCIAS

Acquier, Aurélien, Daudigeos, Thibault, & Valiorgue, Bertrand (2011). Corporate social responsibility as an organizational and managerial challenge: the forgotten legacy of the Corporate Social responsiveness movement. *M@n@gement*, 14(4), 221-250.

Adão, Sonia M. (2006). *Os discursos confrontados no processo de privatização: o caso companhia Vale do Rio Doce*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Amaral, Maria V. B. (2007). *O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho*. Maceió: EDUFAL.

Azevedo, Júlio A. (2017). *O discurso da democratização da comunicação: memórias, lutas e efeito de sentido*. Maceio: EDUFAL.

Banerjee, Subhabrata B. (2003). Who sustains whose development?: sustainable development and the reinvention of nature. *Organization Studies*, 24(1), 143-180.



Brasil (1942). Decreto-lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942. Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, seção 1, Brasília, DF, p. 8987.

Caron, Marie-A. & Turcotte, Marie-F. B. (2009). Path dependence and path creation: framing the extra-financial information market for a sustainable trajectory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(2), 272-297.

Cesar, Monica J. (2004). *“Empresa-cidadã”: uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez.

Chiabi, Ana L. G. & Gonçalves, Carlos A. (2010). Análise de estratégia de mudança da marca acrescentando valor: um estudo da Vale. *Revista de Administração da UFSM*, 3(1), 131-143.

Ching, Hong Y., Gerab, Fábio, & Toste, Thiago H. (2017). The quality of sustainability reports and corporate financial performance: evidence from Brazilian listed companies. *SAGE Open*, 87(8), 745-750.

Coutrot, Thomas (1998). L'entreprise néo-libérale: la coopération forcée. In Thomas Coutrot. *Dans L'entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste? Enquête sur les modes d'organisation du travail* (pp. 219-253). Paris, La Découverte.

Cornelsen, Elcio L. (2009). Análise do discurso no âmbito dos estudos organizacionais: uma abordagem teórica. In Alexandre P. Carrieri, Luiz Alex S. Saraiva, Thiago D. Pimentel, & Pablo A. G. Souza-Ricardo (Orgs.). *Análise do discurso em estudos organizacionais* (pp. 21-52). Curitiba: Juruá.

Courtine, Jean-F. (2014). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar.

Dalla Costa, A. (2009). La Vale dans Le nouveau contexte d'internationalization des entreprises brésiliennes. *Revista Empresas et Histoire*, 54, 86-106.

Dardot, Pierre & Laval, Christian (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

Davel, Eduardo & Alcadipani, Rafael (2003). Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, 43(4), 72-85.

Faria, José H. (2011a). *Economia política do poder: volume 1*. Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (2011b). *Economia política do poder: volume 2*. Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (2003). Economia política do poder: os fundamentos da teoria crítica nos estudos organizacionais. *Cadernos da Escola de Negócios*, 1(1), 13-48.

Faria, José H. (2014). Por uma teoria crítica da sustentabilidade. *Organizações e Sustentabilidade*, 2(1), 2-25.

Figueira, Luís F. B. (2016). *O Althusserianismo em linguística: a teoria do discurso de Michel Pêcheux*. Jundiaí: Paco Editorial.

Florêncio, Tatiana M. (2013). *Os sentidos de público no discurso educacional dos governos Lula (2003-2010)*. Maceió: Edufal, 2013.

Florêncio, Ana M. G., Magalhães, Belmira, Silva Sobrinho, Helson F., & Cavalcante, Maria S. A. O. (2016). *Análise do discurso: fundamentos & prática*. Maceió: Edufal, 2016.

Freitas, Carlos M., Silva, Mariano A., & Menezes, Fernanda C. (2016). O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. *Ciência e Cultura*, 68(3), 25-30.

Gaulejac, Vincent. (2015). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias & Letras.

Guerreiro Ramos, A. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV.

Godeiro, Nazareno, Moura, Efraim, Souza, Paulo S., & Vieira, Valério (2007). *Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização*. São Paulo: Sundermann.

Grigoletto, Marisa (2003). Silenciamento e memória: discurso e colonização britânica na Índia. *Organon*, 17(35), 229-243.

Klikauer, Thomas (2016). Critical management as critique of management. *Critical Sociology*, 44(4), 753-762.

Kopelke, André L. & Boeira, Sérgio L. (2016). Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(1), 78-95.

Krenak, Ailton (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lopes, Luciano M N. (2016). O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. *Sinapse Múltipla*, 5(1), 1-14.

Martini Júnior, Luiz C., Silva, Elmo R., & Mattos, Ubirajara A. O. (2014). Análise da transparência corporativa por meio dos relatórios de sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de empresas do setor brasileiro de energia elétrica. *Sistemas & Gestão*, 9(1), 34-46.

Marx, Karl (2013). *O capital: livro 1, o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl (2008). Introdução à contribuição à crítica da economia política. In Karl Marx. *Contribuição à crítica da economia política (2a ed)* (pp. 237-272). São Paulo: Expressão Popular.

Mészáros, István (2014). *A educação para além do Capital: rumo a uma teoria da transição (3a ed)*. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, István (2002). O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. *Resistir.info*. Recuperado 3m 3 abril, 2022 de: [http://resistir.info/mreview/desenvolvimento\\_sustentavel.html](http://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html).

Milanez, Bruno & Santos, Rodrigo S. P. (2013). Neoextrativismo no Brasil? atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, 10(19), 119-148.

Milani, Bruno, Righi, Marcelo B., Ceretta, Paulo S., Dias, Valéria V. (2012). Práticas de sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social afetam o

risco e o retorno dos investimentos? *Revista de Administração da UFSM*, 5(ed.esp.), 667-682.

Milne, Markus J., Tregidga, Helen, & Walton, Sara (2009). Words not actions! The ideological role of sustainable development reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(8), 1211-1257.

Moreira, Luciano A. L. (2010). *A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil.

Morgan, Gareth (1996). *Imagens da organização* (4a ed). São Paulo: Atlas.

Mota, Márcio O. M., Mazza, Adriana C. A., & Oliveira, Francisco C. (2013). Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? *Base*, 10(1), 68-80.

Orlandi, Eni P. (2022). Forma sujeito histórica e sujeito de direito: as bases da sociedade capitalista e os gestos de interpretação. *Rua*, 28(2), 339-351.

Orlandi, Eni. (2016). *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia* (3a ed). Campinas: Pontes.

Orlandi, Eni P. (2015a). *Análise de discurso: princípios & procedimentos* (12a ed). Campinas: Pontes.

Orlandi, Eni P. (2015b). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (6a ed.) Campinas: Unicamp.

Orlandi, Eni P. (2014). Ler Michel Pêcheux hoje. In Eni P. Orlandi (Org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux* (4a ed) (pp. 11-25). São Paulo: Pontes.

Orlandi, Eni P. (2013). Análise de discurso, ciência e atualidade. In Freda Indursky, Solange Mittmann, & Maria C. L. Ferreira (Orgs.). *O acontecimento do discurso no Brasil* (pp. 17-30). Campinas: Mercado de Letras.

Orlandi, Eni P. (2007). A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. *ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 89, 2.

Orlandi, Eni P. (2003a). O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In Denise Maldidier (Org.). *A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje* (pp. 9-13). Campinas: Pontes.

Orlandi, Eni P. (2003b). A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *Anais do Seminário de Análise do Discurso*, Porto Alegre, Brasil.

Orlandi, Eni P. (Org.) (1997). *Gestos de leitura: da história no discurso* (2a ed). Campinas: Unicamp.

Orlandi, Eni P. (1993a). Vão surgindo sentidos. In Eni P. Orlandi (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional* (pp. 11-25). São Paulo: Pontes.

Orlandi, Eni P. (1993b). Prefácio. In Eni P. Orlandi (Org.). In Eni P. Orlandi (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional* (pp. 7-9). São Paulo: Pontes.

Orlandi, Eni P. (1990). Observações sobre análise de discurso. In Eni P. Orlandi (Org.). *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo* (pp. 25-37). São Paulo: Cortez.

Orlandi, Eni P. (1986). A análise de discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, 2(1), 105-126.

Paula, João A. (2010). Crise econômica e reintegração do capitalismo dependente no Brasil. In: Almeida, Alfredo W. B., Paula, João A., Brandão, Carlos, Garzon, Luís F. N., Hernández, Francisco M., Bermann, Célio. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo* (pp. 9-38). Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

Pêcheux, Michel (2016). **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio** (5a ed). Campinas: Unicamp.

Pêcheux, Michel (2014). Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, Françoise, Hak, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (5a ed) (pp. 59-158). Campinas: Unicamp.

Pessina, Maria E. H., Simões, Paulo É. M., Kraychete, Elsa S., & Silva, Sóstenes, E. V. (2020). Discurso gerencialista nas organizações não governamentais (ONGS) e ideário neoliberal pós 1990: análise a partir da cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento. *Gestão & Planejamento*, 21, 279-297.

Portal Exame. Ação da Vale supera R\$ 110 e mineradora equivale a quase 2 Petrobras. *Exame Invest*, 27 abr. 2021. Recuperado em 23 setembro, 2022: <https://exame.com/invest/mercados/acao-da-vale-supera-r-110-e-mineradora-equivale-a-quase-2-petrobras/>.

Portal G1. Cade aprova aquisição da mineradora Inco pela Vale. *G1: Economia Negócios*, 21 nov. 2007. Recuperado em 30 outubro, 2022: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL187630-9356,00-CADE+APROVA+AQUISICAO+DA+MINERADORA+INCO+PELA+VALE.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL187630-9356,00-CADE+APROVA+AQUISICAO+DA+MINERADORA+INCO+PELA+VALE.html).

Portal Valor Online. Vale do Rio Doce supera Petrobras em valor de mercado. *Uol Economia*, 01 out. 2007. Recuperado em 23 agosto, 2022: <https://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2007/10/01/ult1913u76845.jhtm>.

Ramires, Lidia (2017). *Eles conseguiram: os sentidos de sucesso no jornalismo de televisão*. Maceió: EDUFAL.

Rodrigues, Rubson M. & Brezezinski, Iria (2013). *Contradições da administração / gestão organizacional: ingenuidade teórica e perversidade lógica*. Brasília: Liber Livro.

Ruben, Guilherme, Serva, Maurício, & Castro, Marco L. (1996). Resíduos e complementaridade: das relações entre a teoria da administração e a antropologia. *Revista de Administração Pública*, 30(3), 68-80.

Salmon, Anne (2017). Uma empresa neoliberal: da ordem espontânea à ordem moral. *Sociologias*, 19(45), 230-256.

Silva, Sóstenes E. V. (2015). *Agronegócio e agricultura familiar: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital*. Maceió: Edufal.

Silva Sobrinho, Helson F. Trilhar caminhos, seguir discurso: aonde isso pode nos levar? In Maria S. A. O. Cavalcante (Org.). *Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos* (pp. 11-38). Maceió: Edufal.



Siveris, Daiane & Zandwais, Ana (2015). Nem autor, nem somente função-autor: também sujeito-idealizador. *Fragmentum*, 44, 47-65.

Spence, Crawford (2007). Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(6), 855-882.

Tfouni, Fabio E. V. (2008). Interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. *Linguagem em (Dis)Curso*, 8, 353-371.

Tragtenberg, Maurício (2011). *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: UNESP.

Tragtenberg, Maurício (2006). *Burocracia e ideologia* (2a ed). São Paulo: UNESP.

Vale (2018). *Relatório de Sustentabilidade 2017*. Recuperado em 7 março, 2022: [https://www.vale.com/documents/d/guest/v\\_vale\\_relatoriosustentabilidade\\_2017\\_v](https://www.vale.com/documents/d/guest/v_vale_relatoriosustentabilidade_2017_v).

Vale (2012). *Relatório de Sustentabilidade 2011*. Recuperado em 7 março, 2022: <https://www.vale.com/pt/web/esg/reportes-de-sustentabilidade>.

Vale (2008). *Relatório de Sustentabilidade 2007*. Recuperado em 7 março, 2022: <https://www.vale.com/documents/d/guest/relatorio-de-sustentabilidade-vale-2007-reduzido>.

Vale (2007). *Relatório de Sustentabilidade 2006*. Recuperado em 7 março, 2022: <https://www.vale.com/documents/d/guest/relatorio-de-sustentabilidade-2006>.

Villiers, Charl, Rinaldi, Leonardo, & Unerman, Jeffrey. (2014). Integrated reporting: insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1042-1067.

Zoppi-Fontana, Mônica (2005). Objetos paradoxais e ideologia (objetos paradojals y ideología). *Estudos da Língua(gem)*, 1(1), 41-59.

## UMA ANÁLISE PÊCHEUTIANA DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA SUSTENTABILIDADE NA MINERADORA MULTINACIONAL VALE S/A

### Resumo

A sustentabilidade é analisada a partir de um enfoque discursivo no qual o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores. Como aporte teórico e metodológico foi utilizada a Análise do Discurso, cujos procedimentos teórico-analíticos são definidos à luz do materialismo histórico-dialético. Para delinear como são construídos os sentidos do discurso da sustentabilidade, constituiu-se um corpus a partir de sequências discursivas, retiradas de três relatórios de sustentabilidade da Vale, publicados entre 2007 e 2017. O discurso visa a silenciar a memória estatal e produzir um retrato higienizado da empresa neoliberal; o relatório de sustentabilidade é um instrumento de gestão a serviço de um discurso higienizante; há uma determinação ideológica gerencialista, cuja forma-sujeito histórica no discurso é a capitalista, enquanto a posição-sujeito observada é aquela do gestor/manager. O discurso funciona para higienizar a imagem da empresa, apagar sua memória estatal e camuflar seu objetivo principal de transformar a Natureza em dinheiro.

### Palavras-chave

Análise do Discurso. Sustentabilidade. Vale S/A. Empresa neoliberal. Estudos organizacionais.

## UN ANÁLISIS PÊCHEUTIANO DEL FUNCIONAMIENTO DISCURSIVO DE LA SOSTENIBILIDAD EN LA MULTINACIONAL MINERA VALE S/A

### Resumen

La sostenibilidad se analiza desde un enfoque discursivo en el que el discurso es el efecto de significados entre interlocutores. Como aporte teórico y metodológico se utilizó el Análisis del Discurso, cuyos procedimientos teórico-analíticos se definen a la luz del materialismo histórico-dialéctico. Para delinear cómo se construyen los significados del discurso de la sustentabilidad, se armó un corpus a partir de secuencias discursivas extraídas de tres de los informes de sustentabilidad de Vale, publicados entre 2007 y 2017. El discurso pretende silenciar la memoria del Estado y producir un retrato higienizado de la empresa neoliberal; el informe de sostenibilidad es una herramienta de gestión al servicio de un discurso higienizador; existe una determinación ideológica gerencialista, cuyo sujeto-forma histórico en el discurso es el capitalista, mientras que el sujeto-posición observado es el del gerente. El discurso funciona para sanear la imagen de la empresa, borrar su memoria estatal y camuflar su objetivo principal de convertir la naturaleza en dinero.

### Palabras clave

Análisis del discurso. Sostenibilidad. Vale S/A. Empresa neoliberal. Estudios organizacionales.

## A PÊCHEUTIAN ANALYSIS OF THE DISCURSIVE FUNCTIONING OF SUSTAINABILITY IN THE MULTINATIONAL MINING COMPANY VALE S/A

### Abstract

Sustainability is analyzed from a discursive approach in which discourse is an effect of meanings between interlocutors. The theoretical and methodological framework used was Discourse Analysis, whose theoretical-analytical procedures are defined in the light of historical-dialectical materialism. In order to delineate how the meanings of the sustainability discourse are constructed, a corpus was created from discursive sequences taken from three of Vale's sustainability reports, published between 2007 and 2017. The discourse aims to silence state memory and produce a sanitized portrait of the neoliberal company; the sustainability report is a management tool at the service of a sanitizing discourse; there is a managerialist ideological determination, whose historical subject-form in the discourse is the capitalist, while the observed subject-position is that of the manager. The discourse works to sanitize the company's image, erase its state memory and camouflage its main objective of turning nature into money.

### Keywords

Discourse Analysis. Sustainability. Vale S/A. Neoliberal company. Organizational studies.

## CONTRIBUIÇÃO

### Paulo Simões

O autor declara ser o único responsável por todas as fases envolvendo a elaboração desta contribuição.

## CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O autor declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## AGRADECIMENTOS

-

## COMO CITAR

Simões, Paulo (2024). Uma análise pêcheutiana do funcionamento discursivo da sustentabilidade na mineradora multinacional Vale S/A. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 11(31), 763-824.